

REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO RUI BARBOSA - IRB

REUNIÃO COM OS TÉCNICOS DO COMITÊ TÉCNICO DE EDUCAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA 30/03/2022

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Bom! Agora pra iniciar realmente a reunião, bom dia! Eu queria pedir as pessoas que estão com notebook pra fechar o microfone e também desligar o áudio pra que a gente evite interferência, aqui os presentes obviamente. Agradecendo a todos vocês pela presença, pela disponibilidade por fazer parte desse movimento em que nós vamos tentar estabelecer uma unidade naquilo que nós verificaremos acerca da educação, de quais pontos de controle que nós observaremos da educação brasileira. Pra iniciar essa conversa nossa, primeiro eu quero saudar todos. Eu fui apresentado aqui ao Israel, como responsável aqui da coordenadoria que trata de educação. Então em nome de Israel, eu cumprimento todos que aqui presencialmente estão conosco. Como eu recebi um “bom dia” carinhoso da Naila, que é uma figura admirada por muitos aqui, eu vou, em nome dela, cumprimentar todas as pessoas que nos acompanham de forma virtual. Sejam todos acolhidos, bem-vindos! Muito obrigado pela presença de vocês! E eu vou começar a reunião dizendo uma coisa que, pra mim, é muito importante diante de tudo que já ouvi na pouca andança que eu fiz pelos Tribunais, nós não faremos uma atividade nacional, que alguém iluminadamente decidiu e vai mandar pra todos os Tribunais. Nós vamos aqui, pactuar entre nós, o que que a partir das nossas realidades locais mereça ser nacionalizado. Então o que a gente faz aqui que merece alcançar todos os lugares? Não aquilo que a gente decidiu vai adensar. E depois, ao longo da reunião, a gente vai falando de formas, de premissas, a gente vai discutindo, vai combinando, vai aprendendo, vai trocando. Então nós iniciamos com sugestões, porque é preciso ter alguém que puxe, que dê a primeira sugestão, mas nada é finalizado, nada é com terminalidade. Nada é tão bom que não mereça a contribuição de vocês. Então a troca será o nosso maior ganho. Hoje, quando a gente fala de educação, nesse

movimento contemporâneo nosso, o professor já não transmite conhecimento, ele media conhecimento. Porque o conhecimento está aí disponível pra todo mundo. Todo mundo tem um nível de conhecimento. O que nos caberá fazer aqui é mais ou menos a mesma coisa, é mediar esses conhecimentos todos que nós temos, que será oferecido a todo o sistema Tribunais de Contas. Então eu estou muito feliz com a presença de todos vocês. Sejam todos acolhidos da parte do Comitê Técnico de Educação do IRB. Aqui agradecido, e muito agradecido, Cida, a todos os trabalhadores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, dos Municípios da Bahia. A acolhida que vocês nos dão, desde segunda-feira, é extraordinária. O esforço que vocês tiveram, o carinho que tiveram com o material, com a formatação de cada reunião, com a acolhida de cada participante, e realmente cativante. Nós levaremos no coração toda essa acolhida. Receba aqui o nosso chamego também neste dia. Eu queria propor que fizéssemos uma pequena apresentação entre nós. Como somos em muitos, pra gente tentar entender o tamanho da representação que a gente tem aqui; nome, Tribunal. Em relação ao Tribunal, como eu percebo que quando a gente fala em Comitê de Educação, alguns Tribunais encaminham profissionais que estão na fiscalização da política de educação, e outros encaminham pessoas que estão responsáveis pela Escola de Contas, só fazer essa distinção pra gente também. Tá bom? Quem puder começar, já está aí o microfone.

A SR.^a PRISCILA LIMA DE CASTRO (TCE-CE) – Oi! Bom dia! Muitos aqui eu já conheço. Fiquei muito feliz de reencontrar. Eu sou Priscila, sou do Tribunal de Contas do Ceará. Lá, a gente está estruturando de uma forma mais sistematizada a área de fiscalização da educação. Então eu componho essa equipe. E vim aqui - feliz com a fala inicial do presidente - compartilhar e aprender também, né? Espero que tenhamos um bom dia de trabalho!

O SR. JÚLIO ALAN DOS SANTOS VIANA (TCE-AM) – Bom dia a todos! Me chamo Júlio. Venho lá do Amazonas. A nossa realidade lá é que nós já criamos um setor específico de auditoria em educação, que trata mais dessa questão de desempenho de operacionais. E que tá ajudando a gente trabalhar de forma bem específica, conhecendo os indicadores. Acredito que a gente tem um potencial de avançar bastante daqui pra frente. É um setor recente mas que tá especificamente trabalhando só com educação, plano nacional, tudo o que a

gente aqui já sabe. Alguns colegas aqui eu já conheço. Alguns colegas que estão online eu também conheço. Bom evento pra todos!

A SR. LIGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE-TO) – Sou Ligia, do Tribunal de Contas do Tocantins. Também já estamos na área de educação há muito tempo também. Alguns aqui, a gente conhece; outros colegas que estão ali, virtual, são também velhos e antigos conhecidos nossos nessa luta aí da educação. O meu setor, a gente trabalha muito na área de acompanhamento do PNE, nas fiscalizações, e auxiliar as outras unidades técnicas do Tribunal. Nós não temos uma área específica de educação. Mas a minha área é aquela que coordena todo o trabalho que for feito na educação. É a gente que dá apoio, é a gente que dá o suporte, é a gente que faz a programação, desenvolve metodologia, né. E a gente já tá há muito tempo aí nessa luta. Então é muito importante hoje a gente estar aqui, presente. Agradeço por ter tido este momento de já o Comitê já estar trabalhando, presidente. Isso é muito bom porque a gente sabe de toda essa reestruturação nova do IRB, né, poderia levar um tempo maior. E o elogio já pra vocês, de terem essa iniciativa de começar logo esse trabalho, pra gente poder discutir realmente quais são as propostas e as diretrizes que nós vamos fazer em conjunto com a participação de todos.

A SR.^a CAROLLINE LEITE LIMA NASCIMENTO (TCE-PI) – Bom dia! Meu nome é Carolline. Sou chefe da unidade técnica de fiscalização da educação no Tribunal de Contas do Piauí. Também estou há pouco tempo, conhecendo todo mundo agora. Então é uma oportunidade única realmente da gente estreitar esses relacionamentos pra que a gente possa uniformizar realmente os nossos entendimentos, chegar a consensos. Eu sucedi o Gilson, então estou encarando também esse desafio recente da educação.

O SR. GILSON SOARES DE ARAÚJO (TCE-PI) – Bom dia! Sou Gilson, TCE-Piauí também. Lá nos temos uma diretoria de fiscalização especializada em políticas públicas, da qual a divisão que a Carolline está hoje chefiando, faz parte. Então hoje eu coordeno esses trabalhos na área da educação, da saúde, da segurança pública. Mas a educação é meu xodó porque eu vim dessa unidade que a Carolline está chefiando. Então eu digo que eu não largo nunca. E a gente tá sempre junto aí nesse trabalho.

A SR. VALÉRIA ROCHA LACERDA GRUENFELD (TCE-SC) – Bom dia! Meu nome é Valéria. Eu sou do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Sou auditora fiscal de controle externo, e trabalho como assessora do gabinete substituto Gerson Sicca, que ele é coordenador do projeto TCE Educação lá no nosso Tribunal. Bom dia!

O SR. LUIZ CLÁUDIO VIANA (TCE-SC) – Bom dia! Luiz Cláudio Viana, também sou auditor fiscal de controle externo, e também atuo junto com o conselheiro Gerson dos Sicca, lá nesse projeto do TCE.

O SR. RICARDO DA SILVA DINIZ GONÇALVES (TCM-RJ) – Bom dia! Meu nome é Ricardo, sou auditor especializado TI, do TCM/RJ. Estou na 3ª Inspeção, que é a inspeção de educação lá no TCM/RJ, e trabalho no “Programa de Visitas às Escolas” lá do Tribunal.

A SR.ª KETZA CARDOSO (TCM-RJ) – Bom dia! Sou Ketza, auditora de controle externo do Tribunal de Contas do Município do Rio. Trabalho na Inspeção que é especializada em educação. E junto com Ricardo também, trabalho no “Programa de Visitas às Escolas”.

A SR.ª THAIZ SILVEIRA BRAGA (TCE-BA) – Bom dia a todos! Meu nome é Thaiz Braga, eu sou do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, e trabalho no gabinete da conselheira Carolina Costa, de onde se originou o Projeto “Educação é da Nossa Conta”.

A SR.ª CLAUDIA MATIELLO (TCE-ES) – Bom dia a todos! Meu nome é Claudia, eu sou secretária de controle externo, TCE/ES. E lá também nós temos uma secretaria especializada; foi criada em 2020, pra avaliação de políticas públicas sociais. Um dos núcleos é o núcleo de educação, que a coordenadora é a Paula Sabra. E nesse núcleo a gente faz realmente avaliação de desempenho mesmo, avaliação operacional das políticas públicas pra área da educação.

A SR.ª PAULA SABRA (TCE-ES) – Bom dia! Sou Paula Sabra, estou coordenando o núcleo de avaliação e política pública de educação lá no Tribunal de Contas do Espírito Santo.

A SR.^a ELIANE CABRINI (TCE-ES) – Eliane Cabrini, sou chefe adjunta do gabinete do conselheiro Rodrigo Coelho, presidente do Comitê Técnico de Educação, e também coordenadora do Comitê Técnico de Educação neste biênio.

A SR.^a JULIANA VIEIRA VOSS (TCE-ES) – Bom dia! Eu sou Juliana, assessora jurídica do gabinete do conselheiro Rodrigo Coelho, e atuo nas demandas relacionadas à matéria de educação.

A SR.^a MARIA APARECIDA SILVA DE MENEZES (TCE-BA) – - Bom dia! Eu sou Maria Aparecida, mas muitos aqui já me conhecem como “Cida”. Eu sou coordenadora do gabinete da conselheira Carolina Costa, que é membro do Comitê de Educação, e também lidera o nosso projeto “Educação é da Nossa Conta”.

O SR. ISRAEL SANTOS DE JESUS (TCE-BA) – Bom dia! Meu nome é Israel, novo aqui da Grupo Integrar, e estou como coordenador da equipe que faz auditoria especializada em educação, aqui no TCE/BA.

A SR.^a ALINE KAZUKO SONOBE (TCE-BA) – Bom dia! Sou Aline, aqui do TCE/BA. Coordeno o Projeto “Educação é da Nossa Conta”.

A SR.^a GISETE DE LIMA OLIVEIRA (TCE-AL) – Bom dia! Sou Gisete de Lima, do Tribunal de Contas de Alagoas, trabalho na Escola de Contas “Conselheiro José Alfredo de Mendonça”, e faço a coordenação pedagógica da Escola de Contas.

O SR. FELIPE CAMPOS (TCM-RJ) – Bom dia! Meu nome é Felipe, eu também sou do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, como os meus outros dois colegas. Mas lá, eu não trabalho na inspetoria que cuida da área de educação, que é a 3ª Inspetoria; eu trabalho no gabinete do conselheiro Felipe Puccioni, onde eu coordeno um projeto chamado “Ciência e Gestão pela Educação”. É uma parceria interinstitucional entre o Tribunal, a secretaria municipal de educação e a Universidade de Cambridge. E a gente vem conduzindo, desde o início de 2021, um estudo científico pra poder testar o impacto de práticas de gestão escolar no resultado dos estudantes lá do Rio de Janeiro.

A SR.^a ADRISSA MAIA CAMPELO (TCE-RO) – Bom dia, colegas! Tudo bem? Eu sou Adrissa, sou auditora de controle externo do Tribunal de Contas de Rondônia. Tô trabalhando atualmente na controladoria de políticas públicas, mais precisamente com trabalhos relacionadas à educação. Desde 2020 a gente vem dando um foco na Busca Ativa em virtude de todo o agravamento que a gente vê - provocado pela pandemia - nos índices e nas taxas de abandono, evasão e exclusão escolar. Então eu tenho coordenado esse trabalho, que também é interinstitucional, junto com o MP, com Unicef, Ceduc. E a gente tá também trabalhando... O Tribunal de Contas de Rondônia tem como um dos eixos do planejamento estratégico a educação. Então a gente vem desenvolvendo vários trabalhos na área, “Programa de Alfabetização na Idade Certa”. Um programa que parece muito similar a esse que você comentou, colega, de verificação de impacto, capacitação dos professores. E também a gente vem desenvolvendo, este ano está na nossa programação trabalhar a educação inclusiva, como uma demanda que veio da Assembleia Legislativa. Então a gente vai desenvolver uma auditoria nessa área. Além de participar, também, da Rede Integrar. Desde o Projeto Integrar, eu venho participando dessas reuniões, desses trabalhos. E vai ser muito bom estar aqui dividindo essa experiência com vocês, e aprendendo com vocês.

A SR.^a MAÍRA OLIVEIRA NORONHA (TCM-BA) – Bom dia a todos e todas! Eu sou Maíra, auditora de controle externo do TCM/Bahia. Desde 2018, final de 2017, temos trabalhado com políticas públicas de educação. Integro à 3^a Diretoria de Controle Externo, responsável por auditoria especificamente em um núcleo de educação. E participamos também do “Educação é da Nossa Conta”, junto com o TCE. E é o setor que recebe as ações relacionadas ao Comitê Técnico de Educação.

O SR. BARTOLOMEU BARROS LORDELO JUNIOR (TCM-BA) – Bom dia! Meu nome é Bartolomeu, eu sou auditor estadual de infraestrutura do TCM/BA. Além de trabalhar com engenharia, também trabalho com Maíra no setor de educação lá do Tribunal.

A SR.^a MADALENA SÁ FREIRE (TCE-SE) – Eu sou Madalena Sá Freire, trabalho no TCE de Sergipe, faço a assessoria de comunicação da conselheira Susana Azevedo. Lá, não temos núcleo, nem coordenadoria da educação. Mas

existe um “Pacto pela Educação”, que a conselheira coordena, e onde tem todas as demandas; a gente procura saber como é que estão as demandas do Estado. E estamos nessa luta pra melhorar a educação no Estado, porque possuímos os piores IDEBs. A conselheira deve falar na sequência, e vai explicar melhor pra vocês. Mas a gente está aqui com vocês também.

A SR.^a CONSELHEIRA SUSANA MARIA FONTES DE AZEVEDO FREITAS (TCE-SE) – Bom dia a todos! Já conheço alguns aqui, já conheço a Cida; Rio de Janeiro está ali, que teve lá fazendo curso com os nossos servidores. É um prazer estar aqui com vocês, aprendendo com vocês. Temos hoje um novo líder, que é o conselheiro Rodrigo, que está assim se dedicando de corpo e alma à questão da educação. E tenho certeza de que homens e mulheres juntos, essa somação de forças, nós podemos melhorar a educação brasileira. Então eu me coloco à disposição, todas as experiências que nós temos lá. E com certeza, eu acho que a reunião vai ser muito produtiva. E vamos sair daqui com novos horizontes, vamos sair daqui com os exemplos dos outros estados, para serem aplicados em nossas cidades. Então um grande abraço! E desejo a todos uma grande reunião!

O SR. JOSÉ AURELINO COSTA NETO (TCM-BA) – Bom dia! Me chamo Aurelino, sou aqui do TCM da Bahia. Participo do núcleo de “Educação é da Nossa Conta”, né, que cuida da educação. Estou à frente da 1^a Inspeção, que não é exclusiva da educação, mas tenho o maior prazer em participar das ações de educação do nosso Tribunal.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – As pessoas que estão no ambiente virtual, nós já perdemos o controle da quantidade. A gente fez um levantamento, tentou estabelecer, mas nós perdemos o controle, Graças a Deus! Porque significa que tem muitas pessoas envolvidas. Vou pedir pra vocês se identificarem no chat, porque a gente vai fazendo o registro. E será importante também pra gente, na formatação do Comitê, formar essa comissão que nós estamos nos reunindo aqui. Eu vou começar então informando a vocês acerca do que nós vivenciamos ontem. Nós tivemos uma reunião ontem do Comitê, que envolveu os conselheiros dos Tribunais de Contas. Nessa reunião, nós aprovamos o nosso Planejamento Estratégico que estabeleceu as bases pra nossa atuação. Esse Planejamento

Estratégico ficará disponibilizado no site do Instituto Rio Barbosa pra conhecimento de todos. É uma peça pública, como tudo que nós faremos. Ficarão publicitado no site do Instituto Rio Barbosa. Mas o que nós podemos dizer é que nós teremos, por premissa de atuação, a unidade dos Tribunais. Então tudo o que nós fizermos vai buscar a unidade dos Tribunais. Nós trabalharemos pra que tenhamos um comportamento e uma estratégia que nos unifique, nada que nos divida. Então tenho feito uma escuta atenciosa dos Tribunais, ouvindo, sobretudo, os problemas. Porque é aí que mora o nosso perigo de nos dividirmos. E vamos tentar trabalhar para que esses problemas sejam solucionados. Eu agradecer aqui a presença do André, que representa o TCU, então nesta reunião. Obrigado, André! A gente conversou recentemente; tem muitos dados disponibilizados que podem nos ajudar muito. Então quando eu comecei falando dessa unidade, das parcerias que nós estabelecer, e por parceria, nós estamos falando pra fora, e pra dentro. Pra fora, com o terceiro setor, inclusive, que nós fizemos muitas parcerias. Mas nós definimos uma base pra fazer a parceria. E eu vou inicialmente dizer, porque é uma demanda que eu ouvi de vocês. Aí quando eu falo “vocês”, é de algum colega que trabalha com auditoria, que trabalha numa unidade técnica dos Tribunais. Quanto nós estabelecemos parcerias com terceiro setor, geralmente acontece dessa forma. Vem alguém, nos demanda fazer um levantamento, uma auditoria sobre algum tema, nos apresenta uma plataforma tecnológica deles; os dados vão pra eles; a gente não tem acesso aos microdados muitas vezes; nós não temos acesso à metodologia, muitas vezes; os dados são disponibilizados. E nós, sequer, somos citados como fonte. Então, pra gente fazer uma parceria agora, a gente faz, não tem problema; a gente analisa. Quando alguém quiser que a gente faça um levantamento, nós vamos trazer essa pessoa. “Ah, é o instituto “a”, o instituto “b” quer fazer um levantamento”. Ele vai ser convidado a vir a esta reunião aqui, a este fórum aqui, apresentar qual é a demanda que ele tem. Nós vamos ouvi-lo atentamente; ele vai se retirar, e nós vamos debater. Se for possível, a gente faz; se não for possível, a gente não faz. Mas como contrapartida, ele tem que nos ceder a ferramenta tecnológica com a cara do IRB e os acessos dos dados. Porque os dados serão nossos. E nós seremos fonte. Eles poderão usar. Mas nós seremos a fonte. Porque tem uma imagem reputacional que nós precisamos preservar. E tem um custo de trabalho que precisa ser reconhecido. Porque

quanto custa colocar esse exército de auditores em campo pra fazer um levantamento, e, ao final, isso não ser creditado aos Tribunais de Contas? Então quando a gente fala... Outra premissa que foi definida ontem no Planejamento é essa da parceria sobre essas bases. Porque pra nós, o Instituto Rui Barbosa precisa ser uma fonte de dados para o Brasil. Então a gente vai tentar trabalhar esse potencial. Do ponto de vista da unidade, nós queremos, começamos a conversar ontem. Um desafio enorme pra gente ser fonte de dados é tecnologia. Como nós estamos falando de unidade, eu vou pedir licença aqui ao Luiz e à Valéria, Santa Catarina, pra citar um exemplo. Lá, eles fazem o acompanhamento dos planos municipais de educação, e tem um painel específico pra isso. Se tentar colocar aquele painel no Tribunal de Contas do Ceará, vai dar problema com a TI. Porque eles vão falar assim, "Não, a minha linguagem é diferente, a minha base de dados é diferente, o meu isso é diferente". Então a nossa questão é conversar com o Comitê de Governança em TI do Instituto, porque a gente precisa envolver as outras instâncias na parceria pra dentro. E entender se é possível que o Tribunal de Contas de lá disponibilize esse painel pra ser alimentado por todos nós, com identidade do IRB. Então no site do IRB, a gente quando precisar ver o acompanhamento dos planos municipais vai apontar pra uma plataforma que tá lá em Santa Catarina, com a cara do IRB, e foi alimentada por todos nós. O presidente Paulo Curi, do TCE/RO falou que está lançando uma plataforma que vai permitir o acesso a dados, com esses dados a gente verificar as trilhas que geram a aprendizagem. Eu não entendi muito bem o que ele vai fazer, mas demonstrou que terá uma plataforma que será alimentada pelos municípios, pelo Estado com aval dos técnicos. Se essa plataforma interessar a todos nós, então nós não vamos tentar tirar do TCE de Rondônia pra levar para os outros Tribunais. Nós vamos fazer-la com a cara do IRB lá no TCE/RO e que todos nós possamos alimentar aquela plataforma sem precisar sair de lá. Porque a gente não tem problema de ambiente de TI, de licenças que nós vamos ter que comprar, a base de dados que vai ter que aprender, é técnico que vai ter que envolver. Então a gente vai tentar fazer esse arranjo de perceber o potencial que tem em cada lugar. O TCM do Rio tem trabalhos há muito tempo, é a estrela desse nosso ambiente há muito tempo. Então a gente precisa ver como a gente potencializa isso pra nacionalizar nos dados que nós podemos disponibilizar. Pra fazer isso, mais uma vez, a gente vai

precisar do Instituto, do Comitê de Governança em TI, pra conseguir fazer um acordo de cooperação tecnológica pra que a gente possa ir avançando em todos os Tribunais. É fácil? Não sei! É possível! Entendo que seja possível, mas com as dificuldades que a segurança nos requer, a observância da Lei Geral de Proteção de Dados requer. Mas também observando a necessidade estratégica que nós temos de ser fonte de dados, capazes de produzir uma informação gerencial que permita uma tomada de decisão qualificada dos gestores de educação ao longo do país. Então essa é uma questão que nós queremos trazer pra esse ambiente. Então, além de elaborarmos fiscalizações na modalidade que nós entendermos que deva ser elaborada, a gente também tem essa outra possibilidade de fazer levantamentos com base nessas plataformas pra que a gente disponibilize uma grande plataforma de dados para a sociedade brasileira a partir dos esforços que cada um faz, valorizando o esforço de cada Tribunal. Uma outra questão que nós realizamos ontem foi a aprovação do Regimento Interno pelos conselheiros, por quê isso? Nós não temos uma normatização que nos organiza. E pra gente que chegou, ficou bastante confuso porque pessoaliza muito a organização quando você não tem normas claras de como você estabelece a organização dos trabalhos. Então as pessoas nos pedem uma orientação. Qual é a visão do Comitê Técnico de Educação sobre piso nacional do magistério? Que foi uma demanda que chegou. Onde é que está escrito que eu tenho autoridade pra eu, sozinho, dizer qual é a visão do Comitê? Eu não me sinto com autoridade pra isso. Então a gente precisou estabelecer uma forma de deliberação. Então o Regimento Interno, quando nós recebermos uma demanda, pra não burocratizar, um conselheiro vai apresentar uma decisão, uma deliberação, uma proposta de deliberação; os demais conselheiros poderão divergir dessa proposta de deliberação. Tudo ficará inicialmente no site, transparente. Porque o que o Comitê faz precisa ser a praça, à luz do dia. Não tem nada que ficará nos cantos, nem na obscuridade, é tudo com transparência. E ao final, nós vamos votar a deliberação, se tiver divergência. Se nós tivermos uma convergência, se for uma posição consensuada, nós colocaremos uma orientação recomendatória aos Tribunais, dizendo que é por unanimidade. Se ela for por maioria, nós apresentaremos, editaremos o documento da recomendação, da orientação recomendatória dizendo que foi assim pela maioria dos membros. E as peças vencidas estarão à disposição dos Tribunais

também porque a gente não pode tirar a autonomia dos Tribunais. Aqui é a oferta do conhecimento. Então a visão do conhecimento de cada um estará disponível. Disponível também a decisão dos membros. E outras peças poderão ser alcançadas. Como por exemplo, enunciados naquilo que é decisão na maioria dos Tribunais de Contas em parceria com o Comitê de Jurisprudência, nós vamos alcançar e transformar em enunciados do Comitê pra que seja uma norma, que os Tribunais de Contas se atentem na hora de fazer a fiscalização da educação. Só que algumas questões, a gente entende que precisaria estar no Regimento Interno do Instituto. Então a gente aprovou um Regimento Interno bastante “enxutinho” do Comitê, prevendo a criação de comissões. Então aqui hoje, nós vamos criar uma comissão geral de trabalhos técnicos aqui, composto por vocês, vamos falar disso depois; comissões temáticas. Mas um Regimento bem enxuto pra tentar induzir ao IRB a construção de um Regimento mais completo, que estabeleça o que vai ser uma nota técnica, em que formato, o que vai ser uma resolução, enfim. Cada peça da nossa realidade. Porque hoje as peças se confundem muito. E não é incomum a gente pegar uma nota técnica, que não tem caráter de nota técnica; uma recomendação, que não tem caráter de recomendação, enfim. Então a gente precisa ajustar isso. Foi aprovado ontem, será editado, e vai estar disponível também no site do Instituto. Então eu estou dizendo isso pra vocês consultarem a partir da semana que vem o site. A gente também não tem acesso a publicações. A gente depende que o Instituto publique. Então eu entendo que terá um *delay* aí pra gente fazer a publicação. Uma outra questão importante, que foi discutida ontem, que terá impacto aqui neste fórum nosso, é em relação aos Planos de Fiscalização dos Tribunais. E aqui é uma conversa bastante delicada e necessária que nós façamos. O que eu tenho ouvido é que os Tribunais fazem seus planos de fiscalização, cada um faz o seu, e quando chega no meio do Plano de Fiscalização, o Comitê Técnico de Educação do IRB manda um comunicado ao Tribunal pedindo uma nova fiscalização. E aí, vocês têm dificuldade de disponibilizar servidores, não estava no plano, não está no combinado. E a gente tem muita gente com muita vontade de fazer, mas não pode fazer porque... E aí aquela informação que era pra ser nacional, não é nacional porque não foi... Como eu estou dizendo, se vocês perceberem, eu estou chamando de nacionalizada aquela informação nacional, mas que é por decisão nossa. Então nós vamos pactuar aqui qual é o nosso

time, quando que nós vamos fazer. Os Tribunais têm momentos diferentes de apresentação e de vigência dos Planos de Fiscalização. Então nós vamos precisar, de alguma forma, estabelecer um marco temporal que nos permita encaminhar; não encaminhar, porque vocês levarão aquilo que será nossa estratégia. Ela será construída por vocês, não será definida aqui. Quando alguém tiver uma ideia mirabolante, a gente vai chamar a pessoa, apresentar pros conselheiros. Se algum Tribunal tiver desejo de fazer aquela ideia mirabolante, a gente está chamando de Tribunal patrocinador. Ele patrocina a ideia e leva pro Tribunal dele. E não vai impor pros outros. Porque não dá pra gente fazer tudo. E o que a gente definir, metodologicamente que será nossa fiscalização, está decidido e pronto. A gente não mexe aqui. Não vai o presidente falar assim, “Ah, não, mas essa aqui...”. Eu posso ter opinião. Mas eu não tenho autoridade que suplante a decisão coletiva de vocês. Eu quero deixar isso pactuado. Isso é obvio, mas às vezes a gente precisa falar o obvio também pra ficar bem definido. Então a gente precisa combinar isso. Inclusive, nós temos levantamento, nós nos apropriamos do levantamento desse período dos Planos de Fiscalização, que foi captado no Projeto Integrar. Então a gente está aqui com ele. A gente entende, inclusive, que a nossa discussão possa ser utilizada nesse ambiente do Projeto Integrar. Vai chegar uma hora que nós vamos tentar sensibilizar o Tribunal de Contas da União. Que o André não nos escute. Vamos ver se a gente consegue amolecer aquele “coração de pedra” que tem lá, né. Brincadeira à parte, obviamente, mas a gente tentar fazer tudo combinado com sinergia. Que uma coisa tenha continuidade no exercício da outra. Porque tem coisas que nós precisamos levantar aqui, que depois pode ser utilizado no ambiente do “Integrar” pra ser melhorado, evoluído, enfim. Isso é uma construção que nós vamos fazer. Inclusive a metodologia que será apresentada aqui tem como base os Manuais do Tribunal de Contas da União. Uma outra questão que a gente está colocando pra apreciação é exatamente essa. A Paula e a Claudia vão apresentar aqui a sugestão de metodologia pra definir as fiscalizações, que está baseada no Manual do Tribunal de Contas da União. Elas vão apresentar uma sugestão que foi adaptada lá no Espírito Santo pela equipe e pela secretaria de controle externo pra contribuição de vocês. Tem Tribunal que provavelmente usa, evoluiu essa ferramenta, se achar que está aquém do que deveria estar, contribuam. Tem Tribunais que provavelmente não usam, não

tem acesso, se interessam por ela. Leva, vamos tentar ver se naturalmente a gente consiga gerar unidade também; repito, naturalmente por nenhuma imposição, mas no compartilhamento das informações. E a gente consegue ir gerando unidade na nossa forma de estabelecer escolha. Não é uma publicação, que a gente publicou e definiu que assim que tem que ser. Não é assim. É pra gente tentar pensar junto. Porque se isso se naturalizar, no tempo a gente escolhe com facilidade. Até publicando as coisas em redes eletrônicas, nós poderemos ter contribuições mais facilitadas. Eu entendo que nesse início, mesmo que virtualmente, há uma necessidade do debate permanente para que as escolhas sejam feitas. Então essa é uma outra questão pra ser colocada. Por fim, antes de passar a palavra pra Paula, finalizando este primeiro momento, eu queria combinar com vocês. Eu vou precisar passar a palavra para contribuições; falar da organização deste grupo aqui. Nós, então, estabeleceremos um grupo, uma comissão geral. Nós vamos chamar isso aqui de “Comissão Geral de Trabalhos Técnicos”, porque estavam tratando com outros nomes, mas eu acho que “Comissão Geral de Trabalhos Técnicos” fica bastante apropriado. Se vocês tiverem discordância, por favor, fiquem à vontade em colocar. Essa comissão será coordenada por uma pessoa, designada. Eu estou sugerindo, pela proximidade, que seja pelo nosso Tribunal pra que tenha proximidade, facilidade de organização. Mas nós também gostaríamos muito que tivesse um articulador regional. Em cada região do País tivesse um articular, por quê? Pra nós será muito importante conseguir ter uma representação de cada Tribunal do País. Se a nossa decisão será nacionalizada, ela será muito mais eficaz, eficiente, se ela tiver dados de todas as unidades da Federação. Pra que isso aconteça, nós precisamos de representação de todos os Tribunais. E não é fácil alcançar essa representação. O trabalho que deu pra gente conseguir chegar ao número de conselheiros, ao número de técnicos que nós chegamos, e ainda não temos todos os Tribunais, foi grande. Então a gente gostaria que vocês, cada região, não precisa ser agora, mas no momento aí do intervalo, representantes dos Tribunais de cada região do Brasil combinem aí, cada um, diga um coordenador, um articulador pra gente, pra essa regional. E depois do almoço nós vamos conversar sobre esses eixos que entendo que é uma outra forma de organização pra depois da metodologia. E aí cada eixo desse também teria um coordenador. Nós faríamos uma comissão pra cada eixo, pra gente distribuir de uso da

metodologia, começar a fracionar um pouco o trabalho para, ao final, a gente selecionar o que nós desejamos fazer. Eu não tenho expectativa de que nós consigamos sair daqui hoje com as fiscalizações que nós faremos. A minha expectativa é que nós consigamos pactuar de que forma nós estabeleceremos esse plano de ação nosso a partir daqui. E porque é aqui, que nós vamos decidir, e não na instância de conselheiros? Porque vocês é que têm acesso aos presidentes dos Tribunais; é sob a responsabilidade de vocês que desenvolveu os Planos de Fiscalização nos Tribunais. Então é aqui que nós precisamos saber aonde tá apertando o calo, aonde nós precisamos folgar esse sapato pra que a gente consiga fazer a caminhada. Eu vou abrir a palavra pra quem quiser fazer alguma colaboração, alguma sugestão, alguma crítica, alguma proposta de alteração desse caminho que nós estamos sugerindo percorrer, que possa se manifestar. Tanto que quem está aqui, quanto quem está nos acompanhando no ambiente virtual. Se alguém do ambiente virtual quiser falar, por favor, levanta a mão no aplicativo, que a gente passa a palavra. Então a palavra está aberta pra quem queira se manifestar sobre essas colocações iniciais. Esse silêncio todo, sigamos.

O SR. JÚLIO ALAN DOS SANTOS VIANA (TCE-AM) – Acho importante o senhor tocar num ponto em que a gente tá atuando de uma forma e vem algumas situações do IRB e acaba que muda um pouco a rotina. Eu acredito que a gente está nesse momento, porque nós temos um marco de medição que ainda não saiu e que provavelmente vai mudar um pouco o direcionamento de alguns Tribunais sobre alguns trabalhos. Inclusive até queria saber se alguém já sabe dos critérios que vão ser auferidos na próxima avaliação do MMD.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Bom! Respondendo à sua pergunta, não. Aí já pode em algum momento, se vocês quiserem tentar antecipar, chamar alguém da Atricon pra conversar sobre. Na medida em que foi evoluindo a comissão normatizada, vocês poderão apresentar demandas à comissão, e ela poderá ter uma vida a partir da demanda de vocês. O que ajuda muito, porque a gente ter que trazer pauta sempre é também uma dificuldade. Então fiquem à vontade. Tomem posse desse espaço. Ele é de vocês. Vocês não estão aqui pra figurar, pra fazer número, pra ficar bonito. Vocês estão aqui pra tomar conta. Como eu disse, a nossa função aqui

será mediar. Não é, conselheira Susana, nós vamos tentar mediar aí as ansiedades. E organizar! Porque na reunião de ontem, a gente abriu pra todo mundo falar inicialmente – na apresentação –, todo mundo falava da educação, o que estava fazendo na educação, qual era a visão. A gente tem uma capacidade de atirar pra lados diferentes, que é um negócio impressionante. Cada um faz uma coisa muito boa numa direção. E a gente não se encontra em lugar nenhum. Então o nosso principal esforço é fazer levar todo mundo pro mesmo lugar. E isso dá um trabalho. A gente quer estar no mesmo lugar. Ninguém faz isso voluntário e deliberadamente. Só que a gente não vai. E o nível de ansiedade é muito alto. A gente tá vendo muito problema e quer corrigir todos os problemas de uma vez só. E a gente não vai dar conta! Então a gente precisa escolher as nossas batalhas. A gente precisa escolher o que vai enfrentar, e como vai enfrentar. Então assim, não será uma tarefa fácil. Porque cada um de nós está na caminhada com uma distância percorrida. O nível de generosidade que aquele que estiver mais à frente terá que ter pra que nós alcancemos, esperemos os que estão mais atrás, é muito grande. Eu espero que a gente não desanime por ter que esperar. Mas perceba nessa espera generosa uma possibilidade de avanço coletivo no futuro. Então assim, é muito importante a contribuição. É muito importante a troca de experiência. Mas é muito importante que a gente consiga estabelecer uma forma que o outro nos alcance. Por isso essa questão das plataformas tecnológicas. Me incomoda muito, desde que entrei no sistema, ver esforços diferentes que poderiam ser aproveitados. A gente tem um sistema. Nos falta no IRB um sistema de processo eletrônico. Como nós vamos fazer deliberação? Em grupo de Whatsapp, no site com o tempo, porque nós não temos sistema... Só que todos os Tribunais têm. Pede um pra fazer com a cara do IRB. Ninguém pode, está todo mundo por aqui, oh, por quê? Porque um fez, aí o outro fez também, aí um outro fez um outro. É um negócio que todo mundo usa a mesma coisa, mas cada um fez um. Então assim, a gente não colabora. E a dificuldade é que as escolhas foram feitas diferentes. As bases tecnológicas são diferentes. Então por isso a tentativa de usar a tecnologia de cada um pra que a gente possa, num ambiente amigável, nos identificar. Então assim, eu já faço aqui, inicialmente, esta intervenção pra que tenha, apelando pela generosidade de vocês, apelando pela solidariedade de vocês, uns com os outros, porque nós vamos precisar muito de vocês, mas

muito, muito, muito! O controle é, sem dúvida, um instrumento transformador. Só que nós transformamos com a mão dos outros. E perceber que a gente teve impacto nessa transformação é só para os atentos. Os desavisados não conseguem enxergar. Então a gente vai precisar ter atenção redobrada. Porque a nossa atuação é transformadora. E neste Comitê, tratando desse assunto, transforma a vida de muitas pessoas ao mesmo tempo. Então é com esse intuito, com esse sentido... Gerações, a conselheira Susana está falando aqui, muitas pessoas de muitas gerações. Então é com esse sentido, e é com esse espírito que eu vou passar a palavra pra Paula e pra Cláudia, minhas colegas que eu aqui também quero testemunhar uma questão que é bastante – não sei se é comum em todos os Tribunais – pela característica da autonomia e independência que a unidade técnica tem. Muitas vezes não havia relacionamento entre conselheiros e a unidade técnica, por exemplo. E nós, ao nos relacionarmos no ambiente de respeito profundo à autonomia, independência, porque respeitar a autonomia, não significa não conviver, a gente conseguiu avançar muito porque também foi estabelecido uma troca. E é impressionante, que na troca, é como na multiplicação de pães e peixes, a gente dá um “pouquinho”, recebe um “poução”. Mas o outro deu pouco também e recebeu muito do mesmo jeito. Então o que a gente colocou pra troca, se multiplicou. Ganhou um tamanho muito maior. E foi o desprendimento dessas minhas colegas de trabalho pra que nós pudéssemos estabelecer esse convívio generoso nos permitiu realizar bons trabalhos no Espírito Santo. Então eu quero aqui deixar o registro dessa solidariedade que nós estamos pedindo aqui. Ela, de uma certa forma, está acontecendo no nosso ambiente caseiro. Eu passar a palavra então pra Cláudia e pra Paula, pra avançarmos para o ponto da apresentação da sugestão de metodologia pra definição de fiscalizações e levantamentos do Comitê, que está proposto na nossa programação. Ok?

A SR.^a CLAUDIA MATIELLO (TCE-ES) – Obrigada! Obrigada, conselheiro, pelas palavras aí! Bom dia! Bom dia a todos os colegas novamente! Acho que o propósito é justamente esse, né, assim como um Tribunal de Contas não é feito só de auditores, não é feito só de conselheiros, no Comitê aqui, considerando a presença de vários Tribunais, a ideia é uma construção conjunta mesmo. Então o que a gente vai apresentar como uma proposta mesmo, uma possível forma

de atuação é justamente essa, como que as ações desse Comitê podem ser pensadas em conjunto nesse espírito colaborativo mesmo pra que impacte minimamente às atividades rotineiras de cada Tribunal, que a gente sabe que são muitas. Como o conselheiro falou, e o colega também falou, essa questão dos Planos de Fiscalizações ocorrerem em momentos distintos. Então é importante que a gente pense algo em conjunto, algo de modo colaborativo. Então a proposta que a gente vai apresentar é nesse sentido mesmo. Eu vou compartilhar com vocês aqui uma pequena apresentação. Como até o conselheiro Rodrigo falou no início, é uma metodologia, foi desenvolvida pelos colegas do TCU, provavelmente muitos colegas já conheçam, talvez outros Tribunais também, tem alguma metodologia nesse sentido pra selecionar suas ações de controle. Nós lá, no Tribunal de Contas, começamos a utilizar essa metodologia, fizemos algumas adaptações necessárias, né, nos nossos normativos, enfim. E começamos a utilizar em 2021. Este é o segundo ano que a gente passa a utilizar esse método de seleção de ações de controle. Então foi desenvolvido pelo TCU lá em 2026. Eles têm o manual disso, orientação pra seleção e ações de controle. E o objetivo de trazer, como eu falei, é esse mesmo, a gente pensar em conjunto. Mas pensar de um modo, podendo fazer um estudo do que que é mais urgente aí para a sociedade poder elencar, poder documentar isso e decidir, em conjunto, realmente o que deve ser a nossa forma de atuação aqui dentro desse Comitê. Justamente por que isso, por que a gente precisa quando selecionar ações de controle, por que a gente precisa ter todo esse cuidado, né, utilizar critérios? Primeiro porque os recursos são escassos. O Controle, por mais que a gente tenha ferramentas digitais hoje, nós não conseguimos ainda estar em todos os lugares, a todo o tempo. Então a gente precisa utilizar bem os recursos que a gente tem, e dar transparência. Eu acho que é um método que dá transparência, que fica documentado; isso é importante. Por que foi escolhida determinada ação e não outra? É importante documentar. Por que uma ação foi desprezada num momento? Mas ela vai tá lá registrada pra que num próximo momento possa ser uma próxima atuação, enfim. E também as normas de auditoria, as normas internacionais de auditoria preconizam isso mesmo, né, que as ações a serem escolhidas passem por critérios de relevância, de risco, de materialidade. Além também dos critérios adotados pelo MMD. Desde 2019 já é um critério que fala da questão de

relevância e risco, e aí tem que ser escolhidas muito bem as nossas ações. E aí é muito simples. Essa metodologia é baseada em quatro passos. Primeiro a gente conhece o universo de controle, depois identifica as principais situações problemas. Verifica quais são os objetos de controle ligados a essas situações problemas, e define qual é a linha de ação. Ou seja, como a gente vai atuar. Então passando rapidamente aqui. Depois tudo isso a Paula vai apresentar numa planilha. O TCU tem até um sistema informatizado pra isso. Nós, lá no Tribunal, não conseguimos especificar isso ainda, é muito recente. Então nós utilizamos uma planilha que até a gente pensa assim, pra fins do Comitê poderia até ser compartilhada. É um modo muito bom pra gente fazer esse exercício de definir o que poderia ser feito. Então a primeira etapa, conhecendo o universo de controle. Na área da educação, então. O que a gente precisa saber? Como está a educação hoje, pós-pandemia? Os problemas que a gente já tinha, que foram escancarados, em função da pandemia, como está esse universo, como estão os indicadores, como nós ficamos depois disso tudo? Então precisa fazer essa análise, esse estudo. Essa é a parte um pouco mais complexa, porque exige realmente mais trabalho, demanda mais trabalho. Mas assim, não conhecer completamente, não quer dizer que vai inviabilizar os próximos passos, mas é preciso; quanto mais conhecer, melhor pra gente poder definir bem quais são os problemas, que é essa próxima etapa. Então a partir desse conhecimento do universo de controle, como está esse cenário, a gente vai identificar algumas situações problemas. E é isso mesmo, elencar quais são os principais problemas que a gente tem hoje, na educação por exemplo. Então, pós-pandemia, o que agravou aí muito? Abandono, é um exemplo. Então vai listando esses problemas a partir das análises que foram feitas. Perda de aprendizagem, temos aí os planos nacionais de educação que estão se encerrando. Temos o não cumprimento desses planos. Então vale a pena a gente agir em relação a isso ou já vamos pensar nos próximos planos? Enfim, uma série de situações problemas que a gente tem que pensar, mas sempre no sentido de quais são os mais urgentes, os mais relevantes para a sociedade, e não para o órgão de controle, não para os conselheiros, não para os auditores, mas para a sociedade. E aí vai caracterizando, analisando esses problemas. E fazendo um critério de priorização, como os recursos são escassos, não podemos analisar todos de uma vez só. Então como a gente faz essa priorização, esse ranking desses

problemas mais urgente? A partir de critérios, de técnicas, de escalas. Esse método dos nossos colegas do TCU apresenta as escalas pra verificar impacto social do problema, impacto econômico. Por exemplo na questão do abandono, qual o impacto social disso, em qual grau ele está? O impacto econômico disso. Também verifica a probabilidade. No caso do abandono é uma situação que, o problema já é uma realidade; a gente sabe disso. Mas qual é a tendência? A tendência é agravar, é se manter? Como que está essa situação? E aí vai pontuando conforme essa análise. A partir disso, identificamos esses problemas. Qual é o objeto de controle relacionado a cada um desses problemas? E quando a gente fala objeto de controle, aqui pensa em políticas públicas, né, remédio pra curar doença, né? Então quais são essas políticas públicas relacionadas a esses problemas? O que vai ter que identificar? E mais de uma política pública pode ser utilizada pra solucionar um determinado problema, né. O caso do abandono, esse exemplo. Então na área da educação mesmo, o caso do abandono. O que pode ser feito dentro das escolas? A escola é de tempo integral pra reduzir o abandono? Apoio psicológico nas escolas? É algo que tem sido falado bastante em relação a isso? Assistência social também, há Busca Ativa? Enfim! Quais são essas políticas públicas relacionadas a esse problema? E quais são os riscos dessas políticas públicas, aqui no meio a gente tem esses riscos, quais são os riscos dessa política pública não alcançar esse resultado? Fora o que a gente tem que verificar. É algo que os Tribunais podem atuar, os Tribunais de Contas podem atuar, tem condições de atuar no momento? E é isso. Vai fazendo como se fosse um filtro. Vai fazendo um filtro, vai descendo, até ir selecionando esses problemas. Passada toda essa priorização, essas escolhas, que a gente vai fazer com base em riscos e análises, critérios. Aí vem pra definição das linhas de ação. Ou seja, como a gente vai atuar, como pode ser feita essa atuação dentro do Comitê, né? Por de – como o conselheiro falou – resoluções, por meio de notas técnicas? Ou não, vamos propor uma fiscalização conjunta? Então quais as condições que a gente tem de tá realizando pra cada problema, né? O problema não, ele exige um treinamento; esse não, exige uma resolução. Enfim! E que apoio a gente precisa pra resolver cada um desses problemas? Então assim, de modo geral aqui, recapitulando. Então a gente primeiro, conhece o universo de controle. Qual é a nossa área? Nossa área de trabalho é a educação. Vamos conhecer como tá isso aqui. Selecionamos os principais problemas com

base em critérios. Depois disso, passamos a selecionar quais são os objetos de controle relacionados a esses problemas, e qual é nossa possível forma de atuação aqui dentro desse Comitê. Pensando sempre essa proposta de trabalho conjunto, pensando nas particularidades dos Tribunais, né? Mas pensando no todo, pra que a gente possa realmente caminhar em conjunto na área da educação. Vou parar o compartilhamento aqui. E a Paula vai apresentar essa planilha que a gente criou lá no Tribunal, que dá uma ideia de como a gente pode tá priorizando esses problemas.

A SR.^a PAULA SABRA (TCE-ES) – Bom dia! Primeiro, que o conselheiro Rodrigo Coelho me colocou numa situação muito difícil que eu vou apresentar minha chefe, como eu fiz essa metodologia, se eu fiz alguma coisa errada, ela já vai ficar sabendo agora. E depois eu levo um puxão de orelha. Como ela falou, a ideia aqui é mais a gente apresentar um possível mediador pra começar as nossas conversas aqui ou pra organizar. Vou mostrar pra vocês mais ou menos tudo o que ela falou, só que na prática, como acontece. Eu vou tentar aumentar aqui. Está melhor pra ver? Nessa primeira aba, a gente elencou todas as situações problemas. Quando eu falo a gente, eu quero dizer eu os auditores do Núcleo de Avaliações de Políticas Públicas em Educação. Então assim, é uma planilha que ela é pra ser feita em conjunto. Isso que é legal. Ela, realmente você tem que debater e conversar sobre ela pra chegar até as melhores ações a serem tomadas. Aqui a gente elencou todas as situações problemas que foram surgindo, um blend store mesmo em educação. E depois a gente foi elencando. Se mantinha ou se não mantinha, e qual era a justificativa. Por exemplo, se vocês observarem aqui foi nosso plano de ação deste ano, elaboramos isso no ano passado, a gente tirou essa situação problema de currículo pouco interessante para os alunos ou desconectados da realidade. Que a gente considerou que, por ser um âmbito pedagógico, não caberia ao Tribunal de Contas entrar, ou pelo menos não nesse momento. Selecionadas as situações problemas que a gente poderia atuar, nós fomos para uma segunda aba, que é da caracterização. Pra cada situação problema, a gente elencou possíveis causas. Então, por exemplo, pra baixa valorização dos profissionais da educação básica. A gente elencou ausência de diagnóstico das necessidades de capacidade, deficiência da gestão democrática, falta de um sistema que beneficie os profissionais mais eficientes,

oferta, realização de cursos em desconformidades com as necessidades pedagógicas dos professores e ausência de destinação de recursos orçamentários para realização de formação continuada. E fomos fazendo isso pra todas as situações problemas que passaram do primeiro crivo, vamos botar assim. Depois, pra cada causa - vamos voltar lá pra cima, já que comecei a falar de um - pra cada causa, a gente ia elencando um efeito, se havia indicadores relacionados a elas, quais seriam as dificuldades da administração pública e se era possível avaliar. Quando não era possível avaliar, a gente fazia um comentário, vocês podem ver aqui que houve um comentário em relação à vascularidade dos pais responsáveis. Sobre a dificuldade do Tribunal, por meio da área técnica, de ter essa atuação. E com base nesses que passaram, vamos botar, num segundo crivo, ou seja, aqueles que a gente consegue avaliar. Vamos então pra uma terceira aba, que a gente pega as situações problemas, que estavam lá com é possível avaliar, e vai medindo o impacto social, o impacto econômico, a probabilidade de ocorrer, a tendência. E aí vai dando nível de gravidade; e se vale a pena a gente selecionar ou não. Aqui, acabou que os três que chegaram a esse ponto valiam pena selecionar. Mas a gente que decide se seleciona ou não. Feita essa métrica, aqui estão as escalas consideradas. Pra cada situação problema, a gente pega um objeto de controle. Do objeto de controle, o objetivo, o risco e começa novamente a medir as probabilidades, o impacto, nível de gravidade, pra fazer uma ação mais pontual possível. Se você pegar baixa valorização dos profissionais de educação, lá atrás a gente já viu que já haviam várias causas. Se a gente fosse fazer um trabalho sobre isso seria só pensando na baixa valorização, ia ser um trabalho sem foco. Então por isso a ideia de, nesse momento, destrinchar bem o que é trabalhar bem dentro daquele problema. Novamente as escalas. E aqui começa já uma parte mais operacional. É que dentro daquilo que já foi levantado, a gente começa a ver, o Tribunal já atuou sobre isso ou não? Tendo uma deliberação anteriormente? Tá em monitoramento? A unidade técnica conhece o objeto? Se tem informações disponíveis, se tem atribuição, abrangência da situação problema, possível forma de atuação. Que aí a gente escolha aqui o objeto, que, como a Claudia já falou, pode ser pensando aqui no Comitê do IRB, pode ser uma nota técnica, pode ser uma auditoria coordenada, pode ser um estudo, um levantamento, um próprio painel, enfim. E aqui decide se vai ou não propor uma linha de ação

porque a gente fez isso aqui pensando numa de ação pro nosso Plano de Ação de Controles Anual. Mas pro Comitê, creio que daremos um nome diferente. E é essa a planilha. Alguém tem alguma dúvida? Porque eu fui explicando. Mas às vezes como a gente já trabalhou sobre isso, quebramos muito a cabeça, pra gente já tá simples, mas quem não tá acostumado a trabalhar com isso pode ter ficado meio confuso em algum ponto.

A SR.^a LÍGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE-TO) – Essa metodologia, a parte dela representada, a gente vem do grupo de metodologias operacionais, a maioria do pessoal que tá aqui, acredito que sim, e os colegas ali também. Então a gente desenvolve essas metodologias pra poder fazer essa seleção de objetos, amostra, todo esse trabalho que a gente executa. E eu vejo assim, o presidente falou realmente de tantos trabalhos que todos os Tribunais fazem. E eu volto aqui pra falar um pouco sobre isso, né, a questão da metodologia. Hoje a gente tá aqui discutindo principalmente esse trabalho, que a gente tem maior ainda o desafio, agora, pós-pandemia na educação, que é bem grande. Eu sei que muitos Tribunais já tão trabalhando com essa avaliação, como estão as escolas, como está funcionando a educação lá nos municípios, o Tribunal de Pernambuco já fez, São Paulo já fez. Estou falando os Tribunais que eu vi recentemente o trabalho. O próprio Espírito Santo também eu sei que fez uns trabalhos também. E a gente está agora fazendo esse trabalho. A gente comenta aqui Busca Ativa, a gente vai falar de cumprimento do plano, aumentar o número de matrículas. E eu vejo assim que a gente tem um problema muito maior, todos são problemas que a gente tem que acompanhar, mas a gente tem um principal. Ontem mesmo eu estava aqui comentando com a colega, porque atualmente nós estamos fazendo um trabalho dessa forma, escolas lá no nosso Estado. E a gente percebe o seguinte, gente, antes de tudo isso, a gente tem que ter condições nas escolas, pra aumentar o número de matrícula, pra fazer Busca Ativa. Não adianta ir atrás daquele aluno pra ele vir pra escola, se eu não tenho nem uma sala de aula pra colocar ele. Não adianta aumentar o número de matrícula se eu também não tenho uma sala de aula pra colocar ele. E diante disso, a gente tem percebido o quê? Inúmeras obras paralisadas, né, acho que no Brasil inteiro a gente percebe isso. E onde a gente fica numa situação delicada, porque os nossos Tribunais não têm o poder de agir. A maioria são obras com recurso

federal. E cada Tribunal tem uma decisão em relação a isso. Uns tem uma forma de dar encaminhamento, e outras acham que a gente não deve olhar isso, que é responsabilidade do TCU. Eu sei que muitos colegas têm ouvido isso. E a gente tem a facilidade de colocar quando a gente tá fazendo uma auditoria operacional, e a gente coloca da demanda. Mas a gente se sente assim, que a gente não consegue avançar nisso. Acho que é um problema que acho que tem que ser debatido, muito. Até no próprio Comitê, acho que tem que ser um canal de comunicação pra isso, porque não dá pra você partir a escola no meio, recurso do estado e recurso federal, e eu não vou olhar, eu não vou apontar. Então eu vejo assim muitas inovações, muito trabalho daqui, dali, de Tribunal. E hoje assim...eu vi que gente agora que começou esse trabalho da educação, pra passar a fazer a seleção. Não dá desvincular os indicadores. Ao mesmo tempo que a gente tá fazendo, todo esse trabalho de selecionar escolas pra visitar, municípios pra visitar, a gente faz um trabalho enorme. Estou olhando a sua planilha aqui. Se você vir uma que a gente tem lá, dá até medo dela. Quando a gente foi apresentar pros colegas, "Nossa! Mas isso tudo?" Porque a gente tem educação no IEGM, que muita gente conhece aqui; educação do TC Educa, o pessoal lá também conhece; a gente tem os indicadores, é IDEB, obras paralisadas, dados do...Então quando a gente tentou... Eu procuro muito assim, a nossa equipe lá é de elencar a situação que a gente tem também, mas com os indicadores existentes também em cada município, em cada escola, gasto com aluno, transporte escolar. Então assim, a gente é um universo enorme. Eu falo assim, hoje, agora, a gente tá concluindo hoje 70 escolas que a gente tá fiscalizando. E numa forma assim, tentando fazer o possível pra poder resolver alguns problemas e também envolvendo um pouco a questão pedagógica, não tanto dentro da limitação de cada técnico, que tá fazendo esse trabalho, mas também a gente tentar fechar um conjunto de, vê essa situação. E até então, eu vejo, por exemplo, hoje, eu poderia dizer, a Busca Ativa hoje, todo mundo que você for, fala que tá fazendo, né. E a gente vê que eles estão fazendo, procuram informações, válida. Mas a gente vê que as escolas estão sucateadas, né. Acredito que sim. E muitas, a gente vem também numa parte totalmente orçamentária, financeira, que se a gente também não olhar isso, não adianta a gente ficar só indo lá, e fiscalizar a estrutura, se a gente também não verificar como estão os orçamentos, como está a execução financeira, se está sendo

contemplada todas aquelas ações que tem no plano. E aí vai um monte de análise que todos aqui, com certeza, fazem, né? E a gente fica pensando, “Gente, mas o que que a gente tem que contribuir mais?” Tem que fechar o todo. Eu acho que a contribuição nossa é olhando tudo isso aqui. É um trabalho grande pra todos nós. Então eu acho assim, a gente desenvolveu uma ferramenta. Realmente definir uma fiscalização em conjunto, aqui, pra fazer esse trabalho, porque a gente viu muito, na pandemia a gente falou muito em nota técnica, né? A gente teve muita demanda de nota técnica, nota técnica. Nós mandamos nota técnica pra todo mundo. Toda hora que o IRB mandava uma nota técnica lá, o Tribunal, “Vamos fazer a nossa também e emitir”. E o acompanhamento dessas notas técnicas, né? A gente fica aí... Ah, os Tribunais, hoje, a moda é mandar “Alerta”. Alerta pra todo mundo. Como é que nós vamos acompanhar? Eu sei a realidade nossa, acho que de muitos Tribunais, a gente não tem pessoal, mil e um trabalhos... Por exemplo, eu não tem um núcleo de educação. Eu falo que lá, tudo que manda de diferente, mais complexo, joga lá pro pessoal de avaliação de políticas públicas, né. Aí a gente para e pensa assim, “Gente, como é que vamos dar conta de fazer tanta coisa?” Hoje que falei assim, a gente tá num desafio enorme. Nós estamos criando metodologia, vou dizer assim, pra coisa acontecer e dar de presente pra distribuir entre as outras unidades técnicas pra fazer, pra ver se faz. Então a gente começou esse trabalho na escola agora, em 26 municípios, fazendo essa visita a 70 escolas. Tipo um projeto piloto, apresentar o resultado que a gente alcançou. E realmente trazer à adesão dos conselheiros, levar para os outros conselheiros pra ter adesão daquele projeto, ou de mostrar importância. E a gente sabe, é um desafio muito grande. A gente tá voltando agora também. Os Tribunais também estão lá com seus planos de fiscalização. E a gente tem que ficar também mudando o plano deles lá, também, querendo que faça esse trabalho da gente. Então a ideia é fazer o máximo, igual vocês fizeram. Todo levantamento, que é um trabalho danado a gente construir essa metodologia. A sabe de muitas resistências, né, às vezes as críticas à auditoria operacional, que trabalha demais, que é muito detalhe. E que a gente sabe. Esses dias eu tava comentando com um colega que está aqui, do Ceará, que a gente estava numa reunião, e o pessoal ainda tá preocupado ainda, “Ah, mas a questão é só olhar a despesa que não foi executada, né, é o débito, né?” E a gente tem uma outra visão. Porque eu acho que todo esse trabalho...

Quando a gente pensa em fiscalização, é que a gente quer ver o resultado. Então eu acho que a gente vai lá do fim pro início. Acho que hoje a gente projetar aqui um Plano de Fiscalização comum, eu tenho que pensar “eu tenho que garantir o resultado dessa minha fiscalização, eu já vi que nota técnica não deu, eu já vi que alerta aqui não deu”. Então eu acho que a gente tem retomar isso aí porque é um esforço grande, como o senhor próprio falou, são recursos que são despendidos, é um pessoal mínimo que tem pra poder fazer esse trabalho. Então eu tenho que projetar ações que realmente garantam esse resultado pra sociedade. Eu não posso, uma ideia mirabolante lá, o Tribunal de um e de outro, muito bonito o projeto, mas tem que ter uma base porque foi escolhido esse aqui e a que chegou? A gente não pode tá copiando modelo de um, de outro. A gente juntar todo mundo, todos os modelos que tem, e buscar essas contribuições e desenvolver alguma ferramenta de fiscalização comum, acho que é o sonho. E que nós vamos conseguir aqui, não é presidente?

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Se Deus quiser! Eu vou aproveitar a Lígia pra fazer um convite a vocês. Nós estamos em um ambiente no Espírito Santo pra assinatura de um Termo de Ajustamento de Gestão com todos os jurisdicionados do Estado. Nós temos lá 78 municípios e o Estado. Nós fizemos lá uma série de fiscalizações, levantamentos, auditoria operacional, e elas foram conectadas umas com as outras. E nós chegamos a um determinado ponto que nós avaliamos o quê? Tinha oferta de matrícula de forma irracionalizada. As escolas não têm no território uma oferta de matrícula pra demanda. Tem escola que uma tropeça na outra, tem escola que não devia existir, tem um monte de coisa que é... Eu falei ontem com Luiz e com Gerson Sicca que um dos painéis do nosso Cened tem que ser o novo Fundeb/Custo Aluno-Qualidade, como é que um cabe no outro. Porque todo mundo fala do Fundeb, ok! Todo mundo fala do Custo Aluno-Qualidade, ok! Mas ninguém fala como um vai caber no outro. Enquanto a gente não fizer essa discussão, a gente não dá o passo pra frente. Por que não faz essa discussão? Porque é difícil; aí a gente não faz. Então a gente precisa fazer, exatamente porque é difícil. Então chegamos a um ponto lá. O nosso Termo de Ajustamento de Gestão prevê a eliminação da concorrência do ensino fundamental; o reordenamento das redes, como tarefa pra gestão; a definição

de critérios pra ingresso no cargo de diretor escolar impessoais, que considere habilidades e competências; e a criação de uma câmara de compensação pra cessão de servidores. Tem um contexto todo, enfim. Mas é só porque a Lígia falou. Todas as bases fundamentais desse processo, você trouxe na sua fala sem ter nenhuma relação. Então nós estamos aqui aproveitando pra fazer o convite. Será na semana, em um dia, na semana do dia 16 ao dia 20 de maio. Nós estamos definindo aí a data certa. Então a gente vai compartilhar com vocês no grupo. Vocês estão convidados. Quando botamos o TAG na rua, que a gente rodou todas as regiões do Estado, falamos com todos os prefeitos, todos os secretários de educação, todos os procuradores, alguns controladores, eles falavam assim, os secretários, “Está até previsto lá na manutenção do gestor escolar, tem um critério lá de participação na avaliação externa, enfim. Mas a gente precisa resolver isso aqui primeiro. Então a gente entendeu que precisava dar o passo pra trás pra ordenar tudo, pra depois a gente dar passos pra frente. Aqui a ideia é exatamente essa, apresentou a metodologia, a gente vai tentar distribuir uma forma de conseguir dividir esse grupo grande que nós temos aqui dos Tribunais, mas que vocês apliquem essa metodologia, aproveitem no Tribunal de vocês, e isso faça parte do Plano de Fiscalização de vocês. Pode ser pro Plano de Fiscalização do ano que vem. Não tem problema. Nós não seremos ansiosos. Porque todo mundo já está fazendo alguma coisa. Se a gente conseguir identificar convergências, nós podemos até pegar as convergências e tentar transformar isso que foi feito, por coincidência, numa estratégia do Comitê Técnico, por exemplo a Busca Ativa que já foi dita aqui. Mas nós podemos trabalhar o que nós vamos fazer pros planos do ano que vem, ou pra inserir em quem tem plano bianual no ano que vem. Que esse esforço aqui, vocês façam esforço com todo mundo, mas façam esforço no Tribunal de vocês. Venham aqui, compartilhem, vai ter contribuições. Vai melhorar o Plano de Fiscalização de todo mundo no final. Então a ideia é essa. A nossa ansiedade é essa. Se tiver melhorias na planilha, a gente pode fazer. É contribuições a partir disso agora. Então é exatamente nesse sentido, a gente não gastar trabalho novo, a gente fazer o mesmo trabalho servir pra encaixar nas estratégias de todo mundo. O nosso amigo lá do Piauí, o Gilson, se não me engano.

O SR. GILSON SOARES DE ARAÚJO (TCE-PI) – Bom dia! Eu queria trazer quatro pontos aqui depois das falas. Primeiro é a questão das notas técnicas. As notas técnicas do Comitê de Educação sempre orientaram nossos trabalhos lá no Piauí, e eu sempre via com bons olhos quando eu recebia. E aí, a título de sugestão, eu acho que essa comissão geral de trabalho técnico, eu acho que pode servir pra isso, é de trazer uma forma mais sistematizada de divulgação dessas notas. Eu não sei se existia já uma comissão antes, como era feito, mas muitas vezes eu descobria as notas por Whatsapp. Inclusive eu criei um grupo “TCs Educação”, se alguém não tiver aí, justamente pra gente tentar compartilhar. Então é uma coisa bem informal. Eu acho, presidente, que é só uma sugestão que eu trago, não sei se todos os Tribunais usam Teams, mais um grupo no Teams, alguma forma de comunicação mais fácil pra gente possa saber, porque realmente orientavam nossas ações e a gente utilizava, e eram muito bem vindas quando saíam essas notas. Eu vivia em contato, né, com o próprio conselheiro Cezar, com Leo, com as meninas que trabalhavam com ele, “Oh, já saiu nota sobre isso? A gente quer uma nota sobre isso”. Porque realmente é um peso maior. E quando tá lá no Tribunal, e que a gente leva pros conselheiros, aqui eu falo como técnico, “Oh, a gente quer fazer esse trabalho ou a gente tem essa intenção, porque o IRB, o Comitê Técnico, indicou que esse seria um trabalho”, eu sinto que sempre é aprovado de uma maneira bem mais rápida e mais fácil. Por isso essa é uma sugestão. E aí entra também esse indicativo de entendimentos aí que o senhor falou que vocês conversaram ontem, na reunião com os conselheiros, que é muito bom pra gente também. A gente está passando por muitos impasses neste momento, é Fundeb, é piso. Então a gente diariamente é questionado pelo jurisdicionado lá, a Associação de Municípios, a Undime, “Qual o entendimento do Tribunal sobre isso?” E várias vezes a gente fica, a gente ainda não tem o entendimento. “Olha, esse é o meu entendimento enquanto técnico, o Tribunal ainda não se manifestou”. Então mais uma vez, quando o Comitê Técnico do IRB ele traz uma nota com esse indicativo, ajuda muito a gente. Acho que essa, pra mim, é a grande função do IRB, além de todo o compartilhamento, é orientar os nossos trabalhos, facilitar o nosso trabalho. E aí, em relação ao que a Lígia trouxe sobre as estruturas das escolas. Desde que a Carol assumiu lá a educação, a gente tem discutido muito isso. Como a gente fazer um trabalho sobre estrutura de escolas. Porque eu não sei

a realidade dos estados de vocês, mas lá no Piauí a gente teve, durante toda a pandemia, uma discussão. Aulas remotas; não, os professores são contra aulas remotas. E depois volta a aula presencial; não, os professores são contra a aula presencial. Então ficava essa guerra entre sindicatos, os sindicatos das categorias, e os dirigentes municipais. E aí veio a questão que é o posicionamento nosso, meu e da Carol, mas que o Tribunal de Contas, pelo menos do Estado do Piauí não se posicionou ainda formalmente sobre o retorno das aulas presenciais. A presencialidade. O Ministério Público do Estado do Piauí, ele levantou essa bandeira desde o começo deste ano, que não... Ele não discutia mais, ele queria esse retorno. E aí, quando a gente começou a pensar em trabalhos, em escolas, a primeira questão veio essa, invariavelmente, inevitavelmente a gente vai identificar falhas na estrutura da escola e nos protocolos sanitários. Eu digo isso porque meus filhos e, os da Carol estudam na mesma escola lá no Piauí, umas das maiores escolas particulares, e a gente nota essas falhas. Imagina nas escolas públicas com todas as dificuldades que os gestores apresentam pra gente. Então esse é um cuidado que a gente tem que ter de identificar uma falha e o Tribunal ser utilizado pra levantar um bandeira contra o retorno das aulas presenciais. Eu sei que cada Estado tá uma realidade. Lá em Teresina mesmo, nem máscaras estamos sendo obrigados a utilizar. Já estava aqui querendo tirar a minha máscara, e não foi permitido. Mas é um problema que a gente tem que discutir isso porque cada ... Este ano é ano de eleição. Sempre tento evitar que o Tribunal seja utilizado politicamente. E politicamente por um lado. Não volta, não vai ter aulas presencias. “Tá vendo, até o Tribunal está dizendo que a escola não tem estrutura. Ou que os protocolos sanitários não estão atendidos”. Então essa é uma discussão que eu e a Carol, ainda hoje, não conseguiu resolver, achar uma saída. E eu acho que é um ponto pra se discutir. E o quarto ponto que eu queria trazer, sobre os Planos de Fiscalização. Sei que é um problema, eu participei das reuniões do “Integrar”. Participei, inclusive, desse levantamento que foi feito sobre o momento dos planos de fiscalização. Cada Tribunal tem um momento diferente. A gente vê, eu estava até procurando aqui no meu computador, mas não achei, um “graficozinho” que a gente fez; quem tá no “Integrar”, lembra de qual momento os planos eram realizados. Mas a saída que a gente teve lá no Piauí foi colocar temas mais abrangentes. Então se você coloca no seu Plano de Fiscalização,

por exemplo. E até isso, tem Tribunais que nem tem ainda Plano de Fiscalização. Não é o caso do Piauí. Se você coloca uma fiscalização da eficiência da educação, uma coisa mais abrangente, você termina conseguindo encaixar trabalhos que venham dessas demandas, do IRB quanto do “Integrar” do Plano de Fiscalização. Então a título de sugestão é uma coisa que tem dado certo, né, Carol, de colocar um tema mais abrangente, que aí, quando vem uma demanda dessa, a gente ‘opa’ já estava aqui aprovado no Plano de Fiscalização, e a gente consegue fazer esse trabalho.

A SR.^a MARIA APARECIDA SILVA DE MENEZES (TCE-BA) – Com relação à essa forma da gente achar a fiscalização conjunta, eu queria saber do Comitê, como é que o Comitê vai se relacionar com o “Integrar”. Porque a gente trabalhou o “Integrar” desde 2018 com a intenção exatamente essa, da gente saber qual o tema a ser tratado nacionalmente a partir de critérios de evidência. Foi estabelecido alguns painéis que teriam informações do Brasil todo. E nesse sentido é que eu queria saber como é que o Comitê hoje pensa fechar ou compatibilizar o relacionamento com o Projeto Integrar.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – A gente pensa em fazer de maneira harmônica. Qual é nossa... Primeiro, nós precisamos definir as questões. O “Integrar” obedece uma lógica do TCU. Inclusive é uma lógica de temporalidade. Então obedece o tempo do TCU. Outra questão é a gente estar no “Integrar” estabelecendo mecanismos de auditoria operacional. Pode ser que nós entendamos que é preciso fazer fiscalização em outra modalidade, que possa, inclusive, subsidiar uma auditoria operacional no ambiente do “Integrar”. Então queremos fazer de modo compatível, de forma que seja compatível às nossas ações. O que nós desejamos metodologicamente, e eu entendo que a sugestão do Gilson é muito boa. Mas se nós conseguimos adiantar o trabalho da unidade técnica lá no seu Tribunal, compartilhando a discussão aqui, a gente já chega com isso pronto lá. E já está fechado e não precisa nem... Não terá nenhuma surpresa, estará pronto pra todos os Tribunais. Porque o nosso grande desafio é não deixar ninguém pra trás. É não gerar impossibilidade nenhuma. E essa tem sido a dificuldade. Porque se eu fizer uma fiscalização. Em 32 Tribunais, faltou em um, já deu... Tem um problema aí que não é pequeno. Não importa que um que seja, não importa o tamanho da

amostragem em relação a Brasil, está faltando aquele pedaço. Então a nossa intenção é que, metodologicamente, a gente construa uma ferramenta de trabalho que nos permita incorporar, é como se fosse uma etapa anterior à realização do Plano de fiscalização no seu Tribunal. A gente vai tentar antecipar. Por isso que estou dizendo o que fizer aqui este ano pode sair como prioridade pra que nós incluamos nos Planos de Fiscalização do ano que vem dos Tribunais. Pra que essa etapa aqui seja essa preparatória dos Tribunais para realização dos Planos de Fiscalização. Mas a ideia com o “Integrar” é de compatibilizar. Depois eu vou fazer um comentário, Gilson, sobre a sua fala, mas eu estou vendo que a Naila tá com a mão levantada lá. Eu vou passar a palavra pra ela.

A SR.^a NAILA MOURTHÉ (TCE-MG) – Bom! Bom dia aí pra todo mundo! Eu inicialmente, quero falar da alegria que é voltar a fazer parte, né, e voltar pra esses encontros. Quero comentar do grande desafio que está sendo posto. Porque a experiência de construir colaborativamente, de construir, não é, de co-construir as coisas, essa não é uma experiência que faz parte da nossa história escolar. A gente nunca aprendeu a fazer isso, né? A escola sempre nos ensinou “não copia, faz o seu, faz sozinho”. Então eu acho eu essa é uma competência, é uma habilidade que a gente tem que aprender a construir realmente pro atendimento desse desafio que tá sendo aí proposto. E quando a gente teve oportunidade de ver aí a experiência da apresentação das ações pro controle, eu achei extremamente interessante. E acho que a gente precisa. Tô vendo que a proposta fala dos eixos aí, mas acho que a gente precisa voltar pro PNE. Ou seja, se a gente evoluiu pouco, não é nos grandes desafios apresentados pelo Plano Nacional de Educação, existem uma série de metas, uma série de estratégias extremamente afetas ao controle externo. Então acho que a gente precisa voltar a olhar de forma atenciosa quando a gente fala da infraestrutura, que meta que é impactada, quais foram os trabalhos já desenvolvidos. Pra a gente avançar a partir daquilo que já existe, não é? Principalmente aí no que diz respeito à Meta 20 da responsabilidade aí no texto legal, a gente tem nominalmente, no Tribunal de Contas dos Estados, do Município e o Tribunal de Contas da União com a responsabilidade aí de cuidar e de olhar atentamente pra transparência, pro controle social. Então esse, de forma assim muito humilde,

são três pontos que acho que a gente não pode deixar de observar. Obrigada, gente!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO –

Continua a palavra aberta pra todos que quiserem contribuir. Na ausência de inscritos, eu vou provocando vocês, eu vou tentar, cada vez que vocês ficarem em silêncio, eu vou tentar polemizar mais, porque eu incomodo vocês, e vocês falam. A gente quer tirar aí de vocês. Gilson, que bom a devolutiva acerca das notas técnicas, acerca desse comportamento. Mas o que acontecia com as notas técnicas? Teve uma nota técnica recente do Comitê Técnico de Educação, vou dizer da minha experiência, conselheiro lá do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Saiu uma nota técnica do Comitê Técnico de Educação dizendo que era importante que os Tribunais recomendassem aos municípios que garantisse a merenda escolar dos estudantes mesmo no sistema virtual. Pois bem! Eu tive que responder uma consulta no Tribunal de Contas do Espírito Santo, que chegou pra mim de um jeito. E aí eu fui problematiza-la acerca da alimentação escolar. A consulta perguntava o seguinte, o Estado lá, ele terceiriza a merenda escolar, a alimentação escolar. O Tribunal de Contas entende que merendeira pode ser pago com recurso de MDE. Alimentação não. Mas o trabalhador pode. Não com 70%, mas com recurso de MDE. A pergunta era, “Neste contrato eu posso separar o que é mão de obra do que é alimentação, e considerar o que é mão de obra?” Essa era a pergunta. Eu comecei a chamar os secretários municipais e estaduais, por quê? Porque na legislação não está conceituada alimentação escolar. A legislação fala de programas suplementares de alimentação. Não fala alimentação escolar. O que é alimentação escolar e pra que ela serve. Aí a questão era alimentação escolar, é aquela alimentação que eu dou no ambiente escolar pra matar a fome ocasional, aquela fome que todos nós aqui sentimos, que se nós estivermos com ela, a nossa capacidade de concentração diminui. Então a minha possibilidade de absorção cognitiva também diminui? Se for essa a alimentação escolar, ela é necessária para aprendizagem. Deveria estar no art. 70 da LDB. Mas se for aquela que é pra garantir segurança alimentar e nutricional, deve ser ofertada pela assistência social. Que na política de assistência social precisa ser ofertada a quem dela precisar. Porque é assim que está na Constituição. É dever do Estado prestar

assistência social a quem dela precisar. Então se eu mandar entregar alimentação fora da escola pra quem tá no ambiente virtual e não precisa, eu talvez esteja, em vez de garantir o insumo da política educacional, eu estou infringindo a legislação de assistência social. Percebeu a complexidade? E nós orientamos que era pra fazer isso. Todos concordam? Não sei. Só que teve algum lugar que nós debatemos isso? Houve divergência? Houve o contraditório? Então o Comitê, pra dar uma deliberação dessa, e por isso o Regimento Interno, precisa ter a oportunidade... Não significa que todas as decisões serão acertadas. Porque interpretação cada um vai ter uma de uma de um jeito, e a gente vai crescer pelo debate. Mas é importante que a gente delibere com um mínimo de coletividade. Porque senão fica, imagina que eu te oriente a fazer o contrário disso, e você fala que isso é um absurdo que eu estou dizendo. Como é que... Nada aqui é um absurdo, eu estou só usando, majorando a minha interpretação, a sua crítica à minha interpretação. Mas eram as dificuldades que estavam estabelecidas nesse ambiente. E o nível de complexibilidade exige uma elaboração mais construtiva. Não pode ser uma nota simples. Eu preciso dar pelo menos as razões pelas quais a gente avalia aquela questão por conta dessas nuances. Que eu entendo que o Comitê precisa, inclusive, estimular o parlamento a fazer determinadas inclusões, correções. Porque tem essas ausências, e aí os Tribunais têm que interpretar. Aí um interpreta de um jeito; o outro interpreta de outro jeito. E esse é um problema que fica pra nós. Outra questão que o Gilson abordou aqui, da fiscalização. E aí os Tribunais decidem que volta, que não volta, determina que fecha, que não fecha. Quando a gente vai ver infraestrutura, a gente esbarra primeiro numa dificuldade, que é a normatização da estrutura. Os sistemas de educação eles estabelecem uma relação de número de aluno por turma, ok? E o número de turma por escola? Não estabelece. Tem uma resolução no nosso Conselho Estadual de Educação que fala assim, “O estudante de educação no campo deverá ficar no transporte escolar uma distância razoável num tempo aceitável”. Qual é o tempo aceitável? Qual é a distância razoável? Pra mim é uma, pra você é outra. Se não tiver objetividade, como é que o controle atua? A gente não cria regra, a gente não estabelece a legislação. Vamos fazer então uma fiscalização que um convênio não pode ser aplicado numa escola sem que aquela escola, no projeto do convênio esteja atenta ao padrão de qualidade. O padrão de qualidade

está normatizado onde? O CAQi está previsto na Constituição. Mas onde ele está normatizado, regulamentado? Eu vou dizer a vocês, no Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 08/2010, que foi revogado, que não tem valor jurídico, portanto. O que nós fizemos pra isso lá no Espírito Santo? Nós estamos trazendo pro TAG esse parecer revogado. Então nós não estamos inventando, viu, gente? Nós estamos pegando aquilo lá, que foi revogado porque era uma... Estavam falando da competência, vamos pactuar entre nós que seja assim? Pra gente conseguir fiscalizar. Então assim, é realmente uma tarefa difícil. A gente achou esse caminho pra gente conseguir recomendar. Quando a gente fez a reunião lá, que eu estava falando “Gente, nós precisamos fiscalizar isso, eu não posso deixar...”. O Governo do Estado lá agora fez um edital de 200 milhões pra reforma de escola. Aí o município pega 6 milhões pra reformar uma escola que tem 05 salas de aulas numa área de grande densidade populacional. Ele vai reformar, gastar os 6 milhões e continuar com 05 salas de aula. E tem um monte de escola do lado dele que não devia existir, era só ele botar mais sala de aula naquela unidade que vai ser reformada, ampliada, que precisa ter os insumos todos, laboratório de informática, ciências, sala de leitura, quadra coberta. Então assim, nós não podemos deixar isso acontecer. Mas a norma. Eu tenho dito pros conselhos, “Gente, fala qual é a distância razoável do transporte escolar, fala qual é o tempo aceitável, coloca no papel, que aí a gente vai fiscalizar com base nisso”. Então essas questões... Porque na educação tem um sentimento. A gente vê um problema, mas a gente não pode botar o dedo em algumas feridas, porque se não a gente fica o mal, o perverso. Na apresentação que a gente faz do TAG, eu boto lá a Constituição trata de equidade. Aí fala equidade, mais pra quem precisa de mais, menos pra quem precisa de menos. Falar menos pra quem precisa de menos na educação é quase um crime inafiançável, parece que nós estamos tirando o direito de alguém. E não é isso, é aonde a gente pode baixar o custo per capita pra gente conseguir ter dinheiro pra gente conseguir fazer pro outro. É o caber Fundeb com Custo Aluno- Qualidade. É disso que eu estou dizendo. Então a gente precisa, enquanto Controle Externo, estimular os fazedores de norma a estabelecerem normas objetivas, pra que a gente possa fazer o cumprimento. Não dá pra gente assumir pra gente a decisão de se volta ou se não volta. O que nós temos que fazer é recomendar, é determinar que seja estabelecido dentro do padrão, “Oh, vocês definiram o padrão sanitário, então,

já que vocês definiram o padrão sanitária, cumpra-se o padrão sanitário que tá aqui”. Então eu penso que é isso que a gente precisa, esse esforço que a gente precisa fazer. E o ambiente do Comitê, ele pode, vocês trazendo essas questões... Estou problematizando aqui a partir do que a gente viveu, né, que a gente enxerga o mundo de onde tá sentado, não é assim? Mas vocês podem trazer pautas que nos ajudarão a perceber o que precisa ser articulado pra que seja normatizado também. Então penso que esse é um desafio que nós precisamos atuar. E a Naila fala de voltar ao PNE, que é o nosso desafio. Nós fomos ineficazes no controle do PNE. Falar assim é ruim, mas é importante porque a gente precisa saber disso. Porque nós estamos em transição. Aí falaram aqui no Comitê, “Não, vamos soltar uma nota que os Tribunais têm que tá no novo Plano Nacional de Educação”. Eu disse, “E se eles falarem que a gente foi incompetente pra analisar esse, nós vamos falar o quê?” Tá tudo certo, eu acho que a gente pode articular. Mas a gente tem que reconhecer. O melhor esforço que eu vi até hoje aqui, falei com eles ontem, foi o de Santa Catarina, que tem painel de acompanhamento dos planos municipais, estabelecer alguns regramentos. A gente precisa ter capacidade de colocar isso à disposição do Brasil, pra gente conseguir acompanhar. Então...E aqui, Naila eu estou falando isso, colaborando e concordando plenamente com a sua colocação. Tudo o que a gente vai fazer, o horizonte está no PNE. Por que o que o PNE não previu? Do que a gente fala aqui que não tá no PNE? Quando a gente foi fazer fiscalizações, orientadas pelo Comitê Técnico de Educação sobre os Planos Municipais de Educação, nós percebemos que tinha prefeitos que não sabiam da existência dos planos. Pior! Tinham secretários e educação que não sabiam da existência dos planos. Aí é o fim do mundo, né? Mas aconteceu, e muito; não aconteceu pouco não. Então a gente vai precisar visitar sim. Mas a gente precisa fazer de uma forma que todos consigam visualizar o todo. Porque se a gente abrisse aqui, e falar, “Oh, nós vamos fiscalizar uma meta do PNE”, e abre pro debate, cada um vai achar uma mais importante. Porque cada um está vivendo um problema no seu Estado ou na sua perspectiva, que dará mais importância a um ou ao outro. Daí a necessidade do método, daí a gente entender que precisa fazer uma divisão por eixos, pra gente tentar unificar as coisas que são do mesmo universo de problema. Pra que a gente possa, a partir daí, avançar nessa direção. Então, as percepções elas estão na mesma sintonia. É isso que eu queria enfatizar

quando eu comecei a polemizar. E a minha estratégia deu certo. Tem uma colega com a mão levantada, mas eu não consigo identificar. Ana Maria! Vou passar a palavra pra Ana Maria, pra que ela contribua conosco. Ana, eu estou vendo aqui as caretas da Naila. O seu áudio está baixo. E eu só...

A SR. ANA MARIA FURBINO BRETAS BARROS (TCE-RJ) – Pois é, eu tô com problema aqui. Eu acho que vou passar mensagem escrita, então, que é problema aqui da minha rede.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Melhorou! Melhorou bem, está ótimo!

A SR. ANA MARIA FURBINO BRETAS BARROS (TCE-RJ) – Então assim, eu queria só complementar porque eu achei que isso que Gilson trouxe, das notas técnicas, e que você, conselheiro, complementou, acho que é uma expectativa nossa em relação ao Comitê, aqui na Casa de Educação do TCE do Rio de Janeiro, é exatamente alguns trabalhos robustos. Mais do que notas técnicas assim, mas assim, uma espécie de produção de conhecimento, entendeu? Se aprofundando em temas. Porque assim, a gente tá o tempo inteiro na rua fazendo auditoria, e às vezes a gente precisa realmente parar e produzir um arcabouço de estudo mesmo sobre um tema. Acho que o Comitê poderia colaborar com isso, com notas técnicas mais aprofundadas, realmente com produções de conhecimento de alguns temas, mostrando boas práticas, seja de fiscalizações dos Tribunais, sejam boas práticas nos municípios e nos Estados, né. E chamar especialistas pra falar sobre isso. Eu achei aquilo que a colega do TCE-ES, aquela tabela lá de seleção de temas. Achei aquilo muito interessante, mas acho que temos que submeter isso a especialistas também. Então, acho que o Comitê poderia contribuir com isso, assim, com essas...Pegar temas que a gente seleciona, esses temas, aprofundar nesses temas, pra permitir que a gente desenvolva nossos trabalhos em parceria, né, ou cada um dentro das suas possibilidades também. É isso! Obrigada!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Estou anotando as contribuições, Ana Maria. Só pra gente avançar então pra demonstrar sinergia. No ambiente dos conselheiros nós falamos então das orientações que nós entendemos que precisam ser emitidas. Essas orientações

elas terão o caráter parecido com o parecer consulta em cada Tribunal. Então você tem um voto que delibere sobre ela. Nós chegamos aqui internamente, num toró de palpite né, o pessoal chama de *brainstorm* mas na roça chama de toró de palpite, falando que a gente podia reescrever essa decisão em forma de artigo pra que nós pegássemos todas as publicações, todas as pautas que fossem elaboradas pelo Comitê ao final, e se tornasse uma publicação. Pode ser no final do ano, no final do biênio. Só que isso tem um *delay* grande pra nossa necessidade. Mas é uma questão que está aqui no nosso horizonte. O que nós podemos fazer? Responder demandas deste grupo. Então, como é que vamos estabelecer lá? Vocês têm uma necessidade de informação acerca de uma temática. Apresenta no grupo. Se vocês tiverem um encaminhamento, “Oh, nós temos essa problemática aqui. A nossa visão é essa”. Nós vamos pegar isso, levar pro grupo de conselheiros e falar assim, “Oh, nós recebemos essa pauta com essa visão”. Ou, “Recebemos essa pauta, responde isso aqui”. E aí nós criamos um formato no Regimento. Nós teremos reuniões mensais ordinárias, o Comitê, virtualmente. Será a última quarta-feira de cada mês. Esse grupo aqui pode estabelecer um outro dia. A gente sugere que seja próximo, que seja ordinária uma vez por mês, porque mais do que isso também inviabiliza. Talvez as dinâmicas dos grupos de trabalhos, vocês vão ter liberdade. Não precisa tá contando comigo ou, enfim. Os grupos poderão trabalhar livremente pra gente chegar nesses planos que nós desejamos chegar. E aí nós teremos ao final, Ana Maria, um documento finalizado, que possa ser orientador. Em relação aos especialistas, nós teremos um momento neste ano em que nós faremos um grande debate sobre educação, que será o Simpósio Nacional de Educação, que vai acontecer em Florianópolis. Vocês podem salvar a data. Pode salvar, não pode, Luiz? Você me permite dar a notícia ou você quer compartilhar? Dá o microfone pro Luiz que ele dá a notícia do Sined. O 4º Sined será em Santa Catarina. Então Luiz vai falar pra gente.

O SR. LUIZ CLÁUDIO VIANA (TCE-SC) – Inicialmente do dia 02 a 04 de agosto deste ano, então, em Santa Catarina, o 4º Sined. Então podem reservar a data aí. Não é oficial ainda, mas quase, pelo o que o conselheiro Gerson, ficou decidido ontem na reunião.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN – Eu coloquei o Luiz numa saia justíssima, porque o conselheiro Gerson Sicca veio aqui ontem. A gente conversou sobre o Sined. Eles apresentaram uma proposta de data e uma proposta de programação. E aí a gente falou que pra nós, tá tudo ótimo. Tribunal que aceita fazer o encontro do tamanho que é o Sined, ele tem que ter todas as deferências. Ele quer fazer nessa data, é nessa data; quer fazer nesse lugar, é nesse lugar. Porque já dá tanto trabalho, seu eu ficar colocando um monte de gosto, dificulta muito, mas será apresentado ainda ao conselheiro, Adircélio, presidente do Tribunal de Santa Catarina. Porém, muito provavelmente, será entre os dias 02 e 04 de agosto. No dia 02 de agosto a programação é começar a tarde. Então se esse grupo quiser chegar mais cedo no dia 02 pra se reunir, se encontrar, será muito oportuno esse dia 02 durante o dia pra essa chegada, pra esse encontro pra quem quiser se articular anteriormente. No Sined, a proposta é que nós tenhamos palestras. E as palestras que estão sendo programadas lá, posso? Vou soltar aqui um bocado da... Vocês não tão tratando...Ninguém me pediu pra guardar, e eu não sou baú. As palestras magnas que estão previstas na abertura e no encerramento, são sobre o “Plano Nacional de Educação”, porque a Naila já devia ter falado com alguém. E as pessoas obedecem à Naila porque tem juízo. E sobre o “Sistema Nacional de Educação”, que é o desafio da nossa década, e que está tramitando no Congresso, e que a gente está aí patinando. Então esses dois assuntos são temáticas que devem constar nas palestras. O que eu sugeri à Santa Catarina? Que a palestra sobre o Plano Nacional de Educação tivesse gente do Tribunal de Santa Catarina apresentando essas ferramentas de controle para que possamos visualizar, tentar compartilhar. A gente vai fazer esse esforço. Isso está no nosso radar, está no nosso horizonte, tentar compartilhar e disponibilizar. E chamar atores, não ser só uma palestra, ser uma palestra-debate, chamar dois ou três atores que discutam esse tema com o palestrante, na abertura e no encerramento. E durante o Sined, os dois dias nós teremos painéis. Nós não dividiremos o Sined, teremos no máximo dois eventos simultâneos, dois painéis simultâneos, pra não fracionar em mais do que dois momentos. Já que a proposta é que aconteça na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e no Tribunal de Contas, que são na mesma praça, não é isso, Luiz? Então a gente terá um painel acontecendo e um painel acontecendo em

outro, divide o público. A gente vai ser o primeiro Sined híbrido, presencial e remoto. Então a gente não sabe como vai ser o comparecimento. Só que, ao mesmo tempo, vai ser feito o TCE Educação, que é um fórum que já acontece em Santa Catarina muitas vezes. Então pra vocês terem uma noção, lá nós temos capacidade de, no auditório maior, de 460 pessoas. O Estado tem 295 municípios, se resolver o secretário de educação de cada município, já encheu o auditório, porque aí, os outros cem somos nós. E ainda vai faltar espaço. Só que isso pode não acontecer. Então a gente não sabe. Aí vou contar com o suporte do Tribunal de Contas e fazer esses painéis divididos pra também não nos dividir muito. Porque o objetivo do Sined, ele vai corroborar com a estratégia do Comitê, que é o quê? A busca da agenda comum. Como é que nós vamos pro mesmo lugar? Como é que a gente se direciona? Por isso que na programação gente colocou uns eixos aqui, que foram apresentados também pra construção do Sined, eles podem ser os mesmos inclusive. Então, Ana Maria, a gente vai tentar dar ordem, organização, nessa construção pra tentar contemplar isso que vocês colocam. Mas saibam, essa comissão, que podem demandar essas orientações que são necessárias pelo Comitê. A palavra continua aberta. O nosso foco aqui neste momento é o uso da metodologia. Então ouvir de vocês se nós podemos caminhar nessa direção é importante pra nós. Porque aí a gente não discutiu metodologicamente o uso da ferramenta totalmente. Mas a minha intenção é que a gente divida, nesses quatros eixos, grupos de pessoas pelas práticas construídas nos Tribunais, “O meu Tribunal tá fazendo mais coisas aqui, o meu Tribunal tá fazendo mais coisas naquela área, o meu tá fazendo mais nessa aqui”. Se tiver um eixo muito vazio, a gente já vai ver, pelo grupo, pela comissão, que nós estamos ausentes naquele tipo de fiscalização, naquele olhar. E aí, cada um desses eixos define o que seria mais importante sobre aquela visão, e depois a gente faz o encontro pra saber se vai ser uma fiscalização única de um dos temas, se a gente vai alcançar mais de uma coisa, se tem alguma trilha complementar, que possa ser atribuída. Mas a gente queria ouvir de vocês se pode ser com essa metodologia, se nós podemos compartilhar, se pode ser assim. Porque a metodologia, a ideia é que comece no Tribunal de vocês. Então vocês usam a planilha, se encontram no grupo de trabalho aqui, colabora com a planilha. Ao final, o grupo de trabalho, que vai ter um coordenador, que vocês vão eleger, vai coordenando os trabalhos a

chegarem àquilo que vocês entendem que se o Comitê adotar, todos os Tribunais conseguem fazer. Por isso que os grupos não vão obedecer a lógica da territorialidade. A articulação territorial é uma coisa, os grupos será outra; pra gente misturar o Brasil. Aí a gente não vai segmentar por território, a gente vai misturar as nossas possibilidades. Queria ouvi-los em relação a isso.

A SR.^a LÍGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE-TO) – Nossa! Parece que só eu que falo, né? Mas assim, a gente voltando à essa questão toda do acompanhamento do plano, que é uma coisa que a gente tem buscado há algum tempo, né, vários Tribunais a gente tem feito. E eu vejo assim, qual a maior dificuldade. Em relação ao cumprimento dos planos, todos os municípios, acho que é muito difícil algum município, poucos municípios não fizeram os planos municipais, um “Ctrl C, Ctrl V”, copia até o nome de outro município lá e manda pra gente. E a gente vê aqueles planos copiados no nacional. E a gente sabe que tem, e acho que falar que município não tem plano, ele tem. Agora o mais importante que eu vejo, que a gente quer avanço no plano, e onde começa esse avanço? É a compatibilidade desses planos municipais com as peças orçamentárias. E que eu acho que é uma coisa que a gente não debate, não orienta os gestores é quanto a isso. Precisa ter um movimento em relação a isso. Porque a gente pediu – acho que uns dois anos atrás – antes dessa pandemia aí, que eles mandassem pra gente aonde que estava inserido nos orçamentos deles as metas do PNE. Gente, eles não sabiam preencher as planilhas que a gente fez lá, assim, pra eles mandaram pra gente. Nós temos lá 139 municípios. E isso, a gente viu dificuldade de explicar pra eles tudo isso, “Olha, você vai realmente garantir transporte escolar, onde tá o cumprimento aqui da meta 7, onde tá o cumprimento da meta 20...”. E a gente procurar as metas dentro do orçamento. Eles não sabem fazer; a maioria dos municípios. Estou falando aqui um pouco da gente, pelo trabalho que a gente fez desse levantamento, eles não sabiam fazer isso. Então, eu acho assim, esse acompanhamento do plano, acompanhar o plano, os planos municipais, olhando se tem plano, olhando se tem o cumprimento de algumas metas que a gente tenha ferramenta lá do TC Educa, né, que tem a meta 1, a meta 2, e a gente olha também a meta 18, que cada um dentro do Tribunal tem, né, seus sistemas lá de pessoal que podem verificar também a questão da meta 18. Como tem também outras ferramentas.

Acredito que algum outro Tribunal tenha desenvolvido pra acompanhar. E eu vejo assim, eu ainda conheço, assim, algum resultado de acompanhamento de planos que traga esse resultado pra gente, que avançaram, realmente os municípios avançaram. Olhar simplesmente nos sistemas que a gente tem, aumento de matrícula, o IDEB, e tal, ainda é pouco, é pouco pra gente; onde o maior problema é do início, é do planejamento, que começa ali. E que a gente precisa, assim, acho que precisa fazer um trabalho maior com os gestores em relação a isso. Eu até estava falando da proposta do TAG, né, e acredito que isso já seja um ponto que esteja lá pra poder mostrar pra eles.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Me ajudem, tem duas pessoas inscritas. Eu não consigo ver daqui. Tem a Sílvia e o Renato inscritos. Por uma questão de gentileza do Renato, vou passar pra Sílvia a palavra, e, em seguida pro Renato.

A SR.^a SÍLVIA MIRALHA DE ARAÚJO (TCM-PA) – Bom dia a todos! Conselheiro, é muito importante essa questão do PNE. Nós, do TCM-PA iniciamos esse trabalho agora, este ano, de acompanhamento do PNE. Mas realmente tivemos bastante dificuldade, porque isso vem desde 2015 dizendo que os Tribunais precisavam acompanhar as metas. Mas nós, enquanto TCM, realmente ainda não havíamos feito. Quando o senhor fala em relação à questão dos eixos pra dividir os estados, pra não ficar a mesma região, todo mundo junto. Isso é perfeito! Eu só quero lembrar que às vezes, a gente, enquanto TCM, tem algumas ações que a gente não atua porque foge do papel que tem o Tribunal. Principalmente nessa questão da educação, quando a gente fala de ensino médio. Então, inclusive hoje, faço parte da Rede Integrar. E infelizmente a gente não pode atuar este ano na parte da educação por ter ficado ensino médio. Nós fomos pra questão da eficiência hospitalar. Mas quando se trata de ensino médio, o TCM fica fora porque realmente já foge da nossa alçada. Então só pra gente tentar ver essa questão, do que for decidido pela questão da fiscalização pra que eles todos, os Tribunais, possam participar. Só lembrando mesmo essa questão de TCMs, que nós somos poucos hoje. Então pra gente não esquecer esse detalhe.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Pode deixar, Sílvia. A gente já tinha recebido essa pauta. Inclusive por conta do

“Integrar”, do ensino médio. Mas entendo que você vai colaborar na decisão do que que nós vamos fazer. E nós temos tantos problemas, tantos problemas, que fatalmente nós chegaremos em algum que contemple os TCMs também, com certeza. Mas é um desafio grande, inclusive, onde tem TCMs e TCE porque aí é outra articulação que precisa ser feita quando tiver interferência nas redes dos dois, né? O Renato, então, está com a palavra.

O SR. RENATO LAURIS (TCE-RS) – Bom dia a todos! Espero que estejam me ouvindo porque botei o celular aqui pra ver se funcionava direitinho. Só queria retomar o que a colega, no presencial, comentou em relação à compatibilização, assim. Na verdade, no Tribunal do Rio Grande do Sul, a gente está retomando esse assunto. Políticas públicas até na figura de um centro. Eu estou envolvido nesse trabalho da criação, institucionalização mesmo, num setor pra gente. Então isso vai nos dar uma amplitude maior de atuação. Só em particularmente em relação à questão de compatibilidade, até tenho conversado com colega da parte da saúde. A gente tem feito até um trabalho de “formiguinha”, meio que pegando alguns planos pra gente tentar ver como compatibilizaria na prática, até pra poder orientar melhor os municípios. E o que me chamou a atenção em alguns casos, claro, eu estou falando bem da realidade do Rio Grande do Sul, é de municípios onde essa compatibilidade, a compatibilização, existe no caso da saúde. Ou seja, então no próprio município já existe na saúde, e não existe na educação. Ou seja, dentro dos próprios municípios isso acontece. Se a gente conseguir, induzir, até o aprendizado interno deles é possível a gente fazer esse trabalho. Realmente é um assunto bastante caro, bastante importante, principalmente quando a gente comentou essa questão das metas do PNE. Por exemplo, essa questão de acesso de vagas, alguns municípios realmente não têm nem dotação específica para ampliações de vagas. Às vezes realmente começou-se a construir escolas, e, de fato, por outras questões, ela ficou inacabada. Então acho que tem dois eixos aí de problema, de causas, pra talvez algumas metas não avancem da forma como a gente tava esperando. E só esse parêntese em relação à questão da compatibilização, que eu compartilho dessa visão. E trazendo essa experiência do que a gente tá trabalhando por justamente alguns colegas estarem trabalhando na saúde na nossa realidade Rio Grande do Sul. E só complementando em relação à sistemática de atuação,

e da expectativa que a gente tem, pelo menos pra gente aqui, no Rio Grande do Sul, é que talvez na questão da educação, a gente consiga, como a gente tá reiniciando esse trabalho, a gente já tem algumas ideias, mais ou menos, e acredito que essa metodologia vai nos ajudar. Agradeço e dou parabéns aos colegas que apresentaram essa possibilidade. Mas de talvez a gente conhecer como cada um tá fazendo, por exemplo, agora na Busca Ativa, tem muita gente que tá fazendo esse trabalho. Mas talvez os colegas se reuniram e talvez se alinhar ou de repente ver ideias que em algum lugar seja compatível com a sua realidade, né? Por exemplo, eu vejo no Rio Grande do Sul, a gente está numa iniciativa de Busca Ativa. Eu estou agora inserido numa parceria que tá sendo justamente com o MP Estadual. E eles já estão bastantes avançados, mais articulados. A gente sabe que tem que envolver os municípios. Que eu senti muito claro das experiências anteriores. Quando vem alguma coisa muito de cima, sem pedir o apoio assim, trazer junto a Undime, trazer os conselhos, a Uncme, as coisas ficam muito mais no discurso e não vão pra prática efetivamente. Ficam muito na orientação. E sem atingir quem vai fazer a diferença lá na ponta. Então pelo menos falando da minha realidade, da minha experiência daqui. Então eu acho que tem algum caminho de ver o que que cada um tá fazendo, ver o que tem de convergência, e poder a gente conversar então, à luz de algumas experiências, cada um já tá trazendo a talhar esse caminho de cada um. Ver se um tem algum sistema que possa ser compartilhável, integrável, que possa a gente trabalhar conjuntamente naquilo que é possível. Eu acho que a partir dessa metodologia inicial, a gente começa a enxergar o que que cada um tá fazendo, o que que dá pra ser convergente, e realmente alguns acompanhar os outros. E em algum momento, de repente ano que vem ter algo mais integrado, mais conjunto em alguns aspectos. Mas diante dos comentários iniciais, em especial a essa parte da compatibilização que eu quis compartilhar e me surpreendeu pela menos na nossa realidade do Rio Grande do Sul, esse cenário aí.

A SR.^a PAULA SABRA (TCE-ES) – É. Vamos lá! Acho que, dois pontos, primeiro. Em relação à previsão no PPA, que foi levantando aqui. Realmente é interessante. Lá no Tribunal a gente fez um manual, uma cartilha pra construção do PPA, mas educação foi o capítulo, e realmente é algo que a gente tem que,

aquela função de instrução do Tribunal, né, de ajudar, apoiar, é algo interessante. E em relação à metodologia, né, essa planilha, assim, não é algo fechado, acho que a gente pode construir em cima, mudar, alterar. Mas seria mais uma forma, como eu havia dito, de organizar. Porque a gente vai colocando, vai colocando, vai discutindo. Aí, por exemplo, a Naila falou, “Ah, a gente tem que ver como está a situação dos Planos Nacionais de Educação. Então a gente já coloca aqui Plano Nacional de Educação. Conforme cada um vai falando, a gente vai acrescentando aqui. E vai destrinchando. E assim, eu acho que só pra organizar o discurso. Porque, graças a Deus, nós somos em muitos aqui, e conseguimos uma representação muito boa, não é conselheiro, pra aproveitar essa grande participação que a gente tem.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Não tem ninguém escrito neste momento, eu vou fazer comentários e vou fazer proposta de encaminhamento aqui, iniciais. A primeira proposta de encaminhamento é o uso da metodologia da planilha, porque parece que a devolutiva de vocês é adequada. Então a gente vai adotar essa planilha pra, metodologicamente, nós selecionarmos, e vamos selecionar para fiscalizações pro ano que vem. Só que o ano que vem parece que tá muito distante. E tem questões aqui que foram antecipadas. Que quero tratar com vocês também. Abertamente, primeiro, todo mundo está fazendo levantamento de Busca Ativa? Tem algum trabalho de Busca Ativa no seu Tribunal? Quem não tem? Mas tá programado iniciar? Quem não tem, está programado iniciar? Não, não, então não são todos. Se fossem todos, nós podíamos fazer esse, adotar a Busca Ativa com sendo uma temática pra gente olhar. Mas como não é em todos, se a gente adotar, a gente vai fazer a mesma coisa que antes, impor uma fiscalização. Então isso não será possível. Mas aí, Renato, se alguém tiver sistema, para o acompanhamento da Busca Ativa, eu sugiro que nos informe pra gente ver se consegue começar a adotar a estratégia de transformar o sistema nacional lá no próprio Tribunal. E tudo o que a gente for construir de sistema, quem dá as bases pro negócio, pro sistema, são vocês. Quando a TI vai fazer, “Vou fazer um painel de educação”, eles perguntam a quem? Perguntam a vocês, não é isso? Quando vocês forem pensar numa plataforma, pense nacionalmente, mesmo que a solução que vocês estiverem buscando seja local, pensa com a cabeça do

nacional, “Como que eu vou alcançar isso nacionalmente”. Vou dar um exemplo do que estou dizendo, a gente tá lá fazendo um cadastro de equipamentos públicos. Porque o desejo é o quê? É que eu consiga atribuir uma execução orçamentária a um equipamento público. Então eu quero saber se aquele gasto foi da escola tal, não foi da secretaria de educação. Eu quero saber, eu quero toda a despesa. Então eu preciso atribuir aquilo a um equipamento. Pra isso, eu preciso codificar o equipamento. Na codificação, nós estamos colocando o número IBGE dos municípios, além das outras características que nós precisamos, por quê? Porque se algum outro município, algum outro estado quiser adotar, é só obedecer a mesma codificação. Ele consegue adotar. Então todos, nacionalmente, conseguiriam adotar. Isso é só um exemplo. Quando vocês forem pensar no negócio lá, pra desenvolver o sistema, pensem nacionalmente, porque aí, a gente pode tentar levar pra cima. Então Busca Ativa, a gente vai tentar fazer isso. A primeira proposta seria de unificar e ser a nossa pauta, porque todo mundo tá fazendo, porque várias pessoas falaram, mas como não é, nós não faremos isso pra não interferir nos Tribunais. Mas a gente vai observar aí quando vocês colocarem na planilha, se a gente identificar sistema com quem tá fazendo, a gente tenta nacionalizar e compartilhar. Mas uma outra questão é dessa compatibilização do Plano Nacional de Educação, que foi muito falada com a questão orçamentária. Tem Tribunais que já avançaram nessa experiência, avançaram por meta, “Oh, a meta 01 tá acompanhando no orçamento, ou a meta 02”, enfim. Mas entendo que nós podemos gerar uma proposta para os Tribunais de instrução normativa que determine como o orçamento deve ser encaminhado aos Tribunais. Que essa é uma prerrogativa nossa. E essa proposta ser realizada aqui, de compatibilização. Como faríamos a proposta de encaminhamento de uma instrução normativa para os Tribunais para que os orçamentos sejam encaminhados para os Tribunais de Contas? Porque entendo que é um esforço que faremos no ambiente do Comitê, o Tribunal de Contas, ao receber, se concordar, e a gente espera que concorde, porque todo mundo participando, o convencimento será feito por vocês mesmos, institua a instrução normativa. A depender de como está a relação do Tribunal com seus jurisdicionados, vocês estabelecem o tempo, e a gente vai observar em que medida, em que tempo nós poderemos registrar essa compatibilização. E se algum de nós, a partir dessa instrução normativa, pensa na construção de

um sistema. Se um pensar, a gente deixa um fazer e nacionaliza. Entende? Acho que essa é a principal atribuição nossa. É estabelecer essa articulação, porque aí não tem esforço dobrado. Se vocês concordarem, além dos 04 grupos, a gente faria um grupo com essa tarefa especificamente, o grupo tem tempo. Ele vai ser feito pra, entregou a tarefa, acabou o grupo. Então as pessoas podem estar em um dos eixos, e nesse grupo. Se vocês concordarem, a gente já emite aqui depois, a gente abre um coordenador, e as pessoas que quiserem fazer parte, dão o nome, e a gente edita o grupo. Pode ser assim? Concordam? O silêncio, eu vou fazer igual no Parlamento, “Aqueles que concordam, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade”. “Rapidinho” assim pra não ter problema, não é Susana? Mas então, se todos concordam, a gente faz esse grupo.

A SR.^a FERNANDA DE MOURA RIBEIRO NAVES (TCM-GO) – Conselheiro, só um instante. Sou Fernanda, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, sou assessora do conselheiro Fabricio Motta. Só antes da gente passar pra essa fase dos grupos, eu só queria pontar que o conselheiro Fabrício Motta participa do Gaepe Goiás e do Gaepe Brasil, que são instâncias de, são iniciativas que são coordenadas pelo Instituto Articule com o nacional agora, com a Atricon e com o próprio Comitê, não é. Eu só queria lembrar que em novembro, até colhi a notícia e coloquei no chat, o Gaepe Brasil havia feito uma recomendação de medidas de Busca Ativa Escolar aos gestores da educação. E busquei também no Google agora e vi que o Estado de Goiás, o poder executivo, também tem uma iniciativa nesse sentido que, confesso, não sei como tem sido o andamento. Foi a partir do segundo semestre do ano passado. E o TCM, propriamente, por enquanto não tem nenhuma medida. Então realmente é uma situação importante que o Comitê faça uma instrução que possa uniformizar esse andamento em todos os Tribunais de Contas do País. Só essa contribuição que eu queria trazer. Que iniciativas nesse sentido existem, né, nos estados e no Gaepe Brasil, mas realmente nada, não partindo do IRB, né, do Comitê da Educação, que possa uniformizar entre os Tribunais de Contas do Brasil. É isso.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Eu passar a palavra à nossa colega Adrissa. Estou bem de memória hoje, está vendo? Vocês estão acompanhando? É porque eu li, né? Porque eu confesso que se eu tivesse só escutado, eu...

A SR. ADRISSA MAIA CAMPELO (TCE-RO) – Oi pessoal, bom dia! Eu gostaria só de complementar a fala da colega do TCM de Goiás. Que assim, além dessas iniciativas do Gaepe, lembrando também que Rondônia funcionou como piloto do Gaepe, né. A gente também participa e lidera com o “Articule”, um ambiente de articulação interinstitucional, pra tratar sobre essas questões de educação num nível regional, né, de Rondônia. Com relação à Busca Ativa, só pra lembrar que, além dessas informações que você trouxe, colega, o próprio IRB, junto com a Atricon, com o CNMP, tem um memorando, que é de 2020, e com Unicef; uma parceria, um acordo de cooperação que foi feito em 2020. E que foi, inclusive, com base nesse acordo de cooperação que a gente, lá no Tribunal de Contas, começou a desenvolver a nossa estratégia de atuação sobre a Busca Ativa, né. Já tendo em vista o agravamento das taxas de evasão, por conta da pandemia, né, a gente já tem uma situação bem grave com relação a isso, o índice já era alto antes da pandemia. Com a pandemia, a gente teve produções, estudos do Insper, o próprio Unicef. Vários estudos foram desenvolvidos nestes dois últimos anos, objetivando justamente mensurar o impacto que isso vai ter a médio e longo prazo, né, no aprendizado dos alunos, no desenvolvimento cognitivo; socialmente, né, a gente sabe o quanto isso impacta a vida social dessas crianças, desses adolescentes. Então assim, foi com base nisso então, só pra resgatar, que existe esse memorando, vale a pena, não sei se todos os colegas conhecem, mas vale a pena dar uma olhada nesse trabalho, que é centrado na Busca Ativa, mas mais especificamente na Busca Ativa Escolar, né, que é uma metodologia e uma ferramenta eletrônica que foi desenvolvida pelo Unicef em parceria com o Conasems, com o conselho de assistência social e de saúde. A Undime lidera esse trabalho nacionalmente e em cada região, todas as Undimes adotam como modelo. Vários municípios, milhares de municípios brasileiros adotam a metodologia como uma forma de se estruturar pra trabalhar a Busca Ativa. Então assim, a gente vem desenvolvendo esse trabalho lá em Rondônia. Então a gente vai ter uma oportunidade muito boa aqui de partilhar com vocês essa experiência. Inclusive vários colegas, nesse meio tempo de 2020 pra cá, que desde 2020 que a gente vem trabalhando a Busca Ativa, a gente desenvolveu um plano de trabalho conjunto, um Acordo de Cooperação com o Ministério Público. Então a gente tem um acordo de cooperação, a gente vem trabalhando a Busca Ativa, uma agenda comum com o Ministério Público pra

potencializar os trabalhos da Busca Ativa nos municípios de Rondônia, com o Unicef também, a Undime. Então assim, eu acho que a gente vai ter a oportunidade, trabalhando esse tema aqui, de compartilhar com vocês essa experiência. E vários colegas de outros Tribunais, a gente já conversou com colegas do TCE-RJ, colegas do Amazonas. Então assim, colegas do Mato Grosso, que inclusive replicaram algumas estratégias que a gente teve pra aumentar a adesão da Busca Ativa Escolar nos seus municípios. Lá em Rondônia todos os municípios aderiram a estratégia do Unifec. E o Estado de Rondônia também. Então assim, a gente tem uma metodologia comum. E isso ajuda a gente como controle a trabalhar melhor essas questões, porque tá todo mundo inserido na mesma metodologia. Todos aderiram à Busca Ativa Escolar como estratégia de Busca Ativa. Então assim, acho que é um trabalho que a gente pode potencializar, já aproveitando o próprio esforço do IRB, do Comitê Técnico do IRB, que também tem notas técnicas, vale também ressaltar. Tem outras notas técnicas relacionadas diretamente à Busca Ativa. Inclusive, depois eu posso até compartilhar com os colegas. Lá a gente tem tudo estruturado. E assim, só pra fazer realmente essa complementação e colocar a gente também à disposição pra partilhar experiência e conversar sobre estratégias e metodologias de trabalho, né, de controle. É isso. Obrigada, conselheiro!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Agradeço à Fernanda e à Adrissa. Entendo que metodologicamente, nos grupos, teremos espaços pra compartilhamento das práticas. O Gaepe, que é esse gabinete de articulação pra efetividade da política de educação, é esse nome que estão dando ao Gaepe agora, que nós estamos dando, foi pauta de ontem. E ele transversaliza todos os eixos. Porque todas as pautas cabem no Gaepe. Mas isso, nos grupos de trabalho, eu entendo que terá espaço pra gente colocar. A questão da Busca Ativa, eu só fiz a pergunta aqui, porque se fosse o esforço de todo mundo já, a gente já traria pro Comitê como uma estratégia do Comitê. As orientações estão aí, tem várias, no Estado do Espírito Santo está sendo feito. Mas como não é em todos, a gente vai acompanhar os que tem, vai colocar pra apreciação na metodologia. Em relação à compatibilização, essa criação da instrução normativa pra compatibilizar orçamentos ao plano, entendo ser importante. Queria dar um exemplo, um testemunho. Em 2019 fui relator das

Contas de Governador do Estado e coloquei... A gente faz acompanhamento das contas de governador tempestivamente, à medida que ela vai acontecendo, a gente vai acompanhando as contas durante o ano. E foi encaminhado o PPA pra Assembleia. Quando foi encaminhado o PPA pra Assembleia, eu fiz um voto pra que o Plano de Governo fosse compatibilizado no PPA. Porque a gente tem o Plano de Governo, que a lei eleitoral exige, e nós temos o PPA, que a 4.320 determina, mas não temos nada que manda um tá no outro. Coisa do Brasil, né? A gente pode pegar o programa de governo, amassar e jogar no lixo, fazer um aumento linear no PPA e dizer que foi o Governo da mudança. É assim que a gente faz. E não passou essa decisão. Porque não estava positivada. Então o que eu estou fazendo? Eu pego lá o art. 74, § 1º da Constituição, fala que o controle externo tem que estabelecer um parecer, emitir um parecer que verifica o cumprimento do PPA, da LDO do Programa de Governo. É ali que estou me apegando pra trazer pro Programa de Governo. Mas então, se a gente fizer uma instrução normativa com essa compatibilização, que tem que ser feito orçamento é inquestionável. O que gente está dizendo é em que forma que isso será possível fiscalizar. Então ok! Daí a importância dessa instrução normativa. Se nós fizermos uma pra todos os Tribunais, é um avanço, do ponto de vista da nossa articulação, extraordinário. Porque a gente vai começar a pedir o orçamento do mesmo jeito. Às vezes parece que saiu da conversa, parece uma coisa simples, mas é de um avanço enorme, no meu ponto de vista. Mas pode ser que eu esteja sonhando um pouco ou viajando um pouco. Mas queria então, como primeiro encaminhando da manhã, segundo, né, porque o primeiro é o uso da metodologia; depois nós vamos voltar, discutir os grupos, encaminhar esses grupos. Mas neste primeiro, eu queria, entre vocês, que fosse designado um coordenador para essa Comissão de Definição da Instrução Normativa de Compatibilização do Plano Nacional de Educação nos Orçamentos Públicos. Quem que é o coordenador desse grupo? Depois teremos muitos voluntários pra ele. O Gilson, Naila, está jogando a brasa na sua mãe. Gilson, do Piauí. A Lígia se voluntaria. A Lígia está salvando sua vida.

A SR.^a LÍGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE-TO) – Eu gostaria. E até penso. O senhor acabou de falar uma coisa importantíssima, a evolução que vai ter essa normativa. Já pensou o que a gente vai alcançar, poder trabalhar em cima de

um cruzamento de dados eletrônico? Criar uma ferramenta eletrônica? Isso aí, a gente cria uma codificação, alguma coisa que a gente.... pra todos os Tribunais. Eu falo assim, já tô sonhando lá na frente, já coloca alguém de TI nesse grupo.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Que gere comparabilidade entre todos. Você pode articular esse alguém de TI também, entendeu, Lígia?

A SR.^a LÍGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE-TO) – Nossa! Tem gente ali.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – A Lígia, do TCE-TO, se voluntariou pra todos que estão lá acompanhando virtualmente.

A SR.^a LÍGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE-TO) – Tem outras pessoas também que queiram participar, colegas aí também, estejam à vontade.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Ela só é a coordenadora. Precisa de muitos. Aí, eu gostaria de fazer um pedido a vocês. A Lígia, a Eliane vai manter contato estreito. Eliane é essa “mocinha”, aqui; “mocinha”, pra eu ganhar uns pontos com ela, você percebeu, né? E aí, as pessoas que quiserem participar do grupo, pra gente descentralizar um pouco, manda os nomes pra Lígia; e Lígia compartilha, e a gente forma um grupo aqui. Porque se Lígia perceber que tá faltando alguém, ela chama. Ok? A gente vai... Já tem uma comissão formada sob a coordenação da Lígia pra compatibilização de orçamento e Plano Nacional de Educação. O Luiz se inscreveu pra falar. Luiz, você está com a palavra.

O SR. LUIZ CLÁUDIO VIANA (TCE-SC) – Só pra falar um pouco da experiência do Tribunal de Contas sobre esse ponto que realmente é importante, né, a questão da compatibilidade, das peças orçamentárias com o Plano Nacional de Educação. Que o próprio plano, no art. 10 tem essa previsão de que teríamos que ter nas peças orçamentárias essa compatibilidade com o Plano Nacional de Educação. O Tribunal de Contas, pra tentar fomentar esse assunto, porque não é uma tarefa fácil essa compatibilização. Porque você não encontra na classificação orçamentária da despesa uma forma tão direta de fazer essa vinculação, né. Então, tenta-se usar programas, projetos de atividades pra se

fazer essa vinculação. Então o Tribunal de Contas solicitou que todos os municípios encaminhassem essa vinculação aonde está, nas suas peças, o Plano Nacional de Educação. Então eles tiveram que encaminhar essas informações e isso foi analisado nas contas de governo. Então nós tivemos diversos municípios que receberam pelo menos uma recomendação pra que melhorassem as peças orçamentárias e pra dizer da dificuldade que é. Porque às vezes eu tenho uma meta, e aquela meta pra ser atendida nas peças orçamentárias, ela está em vários lugares. Não é uma dotação única. E também o contrário. Então você vai ter várias situações. Então é uma tarefa árdua assim, mas julgo que é importante.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – O Luiz já se voluntariou pra compor o grupo, Lígia. Você não percebeu não quando ele pediu o microfone voluntariamente?

A SR.^a LÍGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE-TO) – Já tem uma colega também que mandou aqui pra mim. Adriana, da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – O Júlio também está se colocando. Mas enfim, depois, quem tiver no chat e quiser participar do grupo, só coloca no chat que quer participar do grupo, que a gente acompanha aqui.

A SR.^a LÍGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE/TO) – Quem quer participar, quem também já fez algum trabalho, a gente também já fez essa análise da compatibilidade das peças orçamentárias com os planos, que também traga essa contribuição e sua experiência, a sua vivência. Se não quiser participar do grupo, mas que traga essas experiências pro grupo.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Belíssima coordenadora a gente já ganhou aqui. Já está claro pra gente, né. E aí, quem está presencialmente, depois, combina com ela. Então, da parte da manhã, eu acho que esgotamos num bom tempo. Eu vou encerrando aqui a parte da manhã com esses encaminhamentos, então uso da metodologia. Nós vamos tentar começar pontualmente às 14hs, no nosso retorno. Vou passar a palavra aqui, sem ter combinado com ela, porque eu sou o “rei da pegadinha”, à

conselheira Susana, pra ela, agradecido da presença dela aqui conosco, desde cedo, pra ela fazer a despedida desse horário da manhã.

A SR.^a CONSELHEIRA SUSANA MARIA FONTES DE AZEVEDO FREITAS (TCE-SE) – Mais uma vez, bom dia a todos! Quase boa tarde. Eu acho que uma manhã muito produtiva. Estou vendo aqui que os técnicos dos Tribunais de Contas do País estão todos envolvidos com muita paixão pela área da educação. E como Rodrigo colocou em sua fala pela manhã, “Nós temos uma obrigação muito grande com o Brasil”. Nós temos obrigação com nossas crianças. Nós temos que lutar para o que for entregue à essa população seja uma educação de qualidade. Então com certeza, eu acho, Rodrigo, que Miola foi substituído à altura. Que eu estou vendo assim toda a dedicação. Ele está de corpo e alma envolvido na questão da educação. E tenho certeza que fará um trabalho extraordinário. Então pelas ações de ontem; pelas ações de Rodrigo, de hoje, nós teremos aqui um grupo de trabalho em prol da educação brasileira. Eu queria parabenizar todos vocês, a todos aqueles que não puderam vir presencialmente, mas estão aqui atentos, online. E é isso. Trabalho é isso. É realmente um trabalho. Toda a hora eu digo assim, é uma dificuldade, é uma dificuldade. Eu também tenho muitas dificuldades. Mas quando nós encontramos assim, temos uns sucessos no meio do caminho, temos umas vitórias, ah é como tivéssemos ganhado na loteria, né. Então com certeza é um trabalho desafiador, mas tem que ser pra pessoas fora de série. E eu estou numa sala com pessoas fora de série. Pessoas que estão dando tudo. Porque acima de tudo é amor. É amor mesmo. Quando a gente vê Lígia falar das suas experiências; a gente vê as experiências do Rio de Janeiro, que são muito exitosas. Ontem nós tivemos uma palestra linda, né, com o presidente Paulo. Também lá de Rondônia. Então é assim, só na união mesmo, pra que a gente possa mudar o quadro dantesco da educação, que já era, antes da pandemia, e pós-pandemia é um abismo. E nós temos que ir atrás. Não podemos deixar ninguém atrás. As crianças precisam estar na sala de aula, precisam ter educação de qualidade, alimentação de qualidade, transporte de qualidade. Tudo isso! Porque o dinheiro é público! E nós somos os guardiões do dinheiro público. Então parabéns! Parabéns a toda equipe do Espírito Santo, as assessoras. Estou coordenando um grupo de igualdade de gênero, estou solicitando a todos os Tribunais a sua composição,

quantas servidoras, quantos servidores, quantas conselheiras, conselheiros substitutos. E tô vendo aqui que Rodrigo, as mulheres ganham, o Espírito Santo. Então com certeza temos muito trabalho pela frente no ano de 2022. Foram dois anos muito difíceis, de muito sofrimento para o povo brasileiro, não só do povo brasileiro. Mas é isso aí, voltamos! E voltamos com tudo pra fazer o melhor pelo controle externo brasileiro! Um grande abraço! E um beijo no coração de vocês!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Vocês viram aí, a Cida está dando informe de restaurante, sugestão de restaurante. Então bom almoço pra todos! Até a volta, às 14 horas! Muito obrigado, por enquanto! **(final)**

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Bom, amigos! Agora, esta parte da tarde, o que nós refletimos entre nós e queremos conversar com vocês. Nós precisamos sair daqui, minimamente, com a capacidade de reunir esses grupos para o uso da metodologia. Porque nós já tivemos aqui os encaminhamentos. Então eu vou recapitular com vocês. Como estamos num esforço de organização, é importante a gente vir reiteradas vezes pra que fique marcado. Lembrando que vocês tiveram o dever de casa, que vou ver se vocês fizeram – o dever de almoço, né, já que o tempo não deu pra ir pra casa ainda -, saber se vocês escolheram; se não escolheram. Nós vamos escolher aqui o articulador regional de cada lugar. E a partir daí a gente vai conversar sobre esses grupos temáticos aqui pra que a gente possa defini-los. Nós vamos, com um certo *delay*, eu já falei pra vocês isso, publicar a composição do Comitê, a composição desse grupo de trabalho, esse grupo geral. Nós vamos publicar a composição do grupo para Construção da Instrução Normativa de Compatibilização dos Orçamentos Públicos com PNE. E nós vamos definir os grupos de trabalho a partir dos eixos que nós estamos dividindo aqui para o uso da metodologia. Aí vamos compartilhar a apresentação que a Claudia e a Paula fizeram, e a planilha. Porque a ideia é vocês se reunirem um pouco, tirarem dúvida sobre ela. Nós já distribuímos no Whatsapp a planilha? Nós podíamos colocar a planilha disponibilizada pra uma olhada breve. Eu acho que é do conhecimento da maioria. Então a Paula está disponibilizando aí no Teams. Se tiver alguma questão inicial, se alguém quiser já conversar sobre ela, a gente vai abrir. Nós vamos explicar aqui qual a lógica que nós entendemos dos grupos. E

a gente pode debater sobre ela, com nenhum problema; estamos aqui pra isso. E a partir daí, encaminhar aos grupos de trabalho pra que eles trabalhem. E vamos eleger um coordenador pra cada um. Porque aí, esses grupos também serão publicados as comissões efetivamente. Mas a gente vai falando de cada passo. O primeiro passo, articuladores regionais. Nós já escolhemos os articuladores regionais? O silêncio geralmente é uma negativa, nesse caso. Mas eu vou forçar a mão pra que a gente escolha. Tudo bem? Por livre e espontânea pressão a gente vai escolher. Começo no País, de baixo pra cima ou de cima pra baixo? De baixo pra cima! Região Sul! Quem pode ser articulador da Região Sul? Vou repetir, 'Ave Maria!', Ôh silêncio! Do sul, nós temos aqui presencialmente, Valéria e Luiz; nós temos ali, com intervenção virtual, o Renato, do Rio Grande do Sul. Tem alguém do Paraná aqui? Não! Então aí é entre os três. Renato, nós queremos te homenagear com essa missão, amigo. O que você acha? Porque o Luiz e a Valéria estão com o Sined. Se eu for colocar isso pra eles, eu posso estar sendo injusto. Se você aceitar, ficaríamos muito... Uai! Saiu! Ôh, Renato, você me deu um susto, rapaz!

O SR. RENATO LAURIS (TCE-RS) – Não! Da minha parte não tem nenhum problema. Eu, no primeiro momento, achei que Santa Catarina seria uma boa pelo fato de já estarem mais avançados. Mas considerando o fato de que eles realmente estão com a Sined, e a gente já teve essa experiência no passado, fazendo Sined, eu vi o quão trabalhoso é. Então por deferência aos colegas me coloco à disposição. Vou tentar fazer esse “meio de campo”. E aguardando o contato do colega também do Paraná; que não sei se veio, aonde que está, que a gente pode conversar depois, pra saber mais detalhes.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Sua tarefa já é fazer contato com o Paraná, pra gente trazer o Paraná pra essa discussão. E obrigado aí pelo aceite.

O SR. RENATO LAURIS (TCE-RS) – Pode deixar!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – É. Paraná vai ser um trabalho grande pra gente, porque não tem nenhum técnico e nenhum membro indicado pro Comitê. No Comitê, também, nós temos conselheiros – no mesmo modelo – articuladores regionais. Na Região Sul, ficou

o conselheiro Gerson Sicca, porque era o único presente. Então a gente faz esse esforço combinado aí pra tentar trazer o Paraná pro Comitê. Região Sudeste!

A SR^a NAILA MOURTHÉ (TCE-MG) – Eu me ofereço!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Opa!

A SR^a NAILA MOURTHÉ (TCE-MG) – Silêncio constrangedor; eu não vou deixar o senhor sozinho nessa, não, conselheiro.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Muito obrigado, Naila! Eu sempre pude contar com os mineiros, né? Qualquer coisa a gente marca uma agenda ali em Guarapari. O que você acha?

A SR^a NAILA MOURTHÉ (TCE-MG) – Gostei!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Fechou! Eu sei como atrair os mineiros, viu? Você viu, né? Rápido.

A SR^a NAILA MOURTHÉ (TCE-MG) – São articuladores aí do sudeste.

A SR.^a RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO (TCE-MG) – Nós já temos casa, conselheiro, pra ficar já, duas, vó e mãe.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Ah é? Oh que maravilha! Pronto!

A SR^a NAILA MOURTHÉ (TCE-MG) – Articuladoras, Rachel e eu.

A SR.^a RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO (TCE-MG) – Eu vou secretariar a Naila.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Nós vamos botar você; você puxa Rachel. Nós temos uma máxima aqui; vou falar um ditado ruim, mas vocês vão me perdoar, porque, né, da roça que a gente vem, então, “cachorro que tem dois donos, morre de fome”. Porque um acha que tá com o outro, então. Tem que ter um dono. Aí, você é dona, Naila! Você puxa Rachel pra te ajudar.

A SR^a NAILA MOURTHÉ (TCE-MG) – Rachel vai vir a tiracolo então.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Pronto! Fechou! Agora vamos pra Região Centro-Oeste. Porque o nordeste é maior, eles pediram, “faz de baixo de cima”. Eu estou entendendo que eles estão se articulando no Whatsapp ali. Região Centro-Oeste. Que silêncio, hein! Quem está aqui? Mato Grosso está aí, Mato Grosso do Sul, Goiás. Quem está aí? A Fernanda que se manifestou – tão falando aqui – é do TCM-GO, que é assessora do conselheiro Fabrício, que é o nosso coordenador, nosso articulador do Região Centro-Oeste.

A SR.ª FERNANDA DE MOURA RIBEIRO NAVES (TCM-GO) – Sim. Pode ficar comigo, conselheiro.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Sempre soube que só precisava de um “empurranzinho”, Fernanda. A gente tava contando com isso.

A SR.ª FERNANDA DE MOURA RIBEIRO NAVES (TCM-GO) – Conte comigo!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Região Nordeste! Gilson! Piauí, né, Gilson? Piauí. Muito bem! E Região Norte. Quem será, Adrissa? Então. Por livre e espontânea pressão também, né? Pronto! Na publicação dessa comissão, a gente vai estabelecer então a coordenação da comissão geral, com a Paula, por conta da proximidade estabelecer bem a comunicação. E a gente vai colocar os articuladores regionais. Principal tarefa dos articuladores regionais nesse primeiro momento, a gente conseguir a representação de todo os Tribunais de Contas das respectivas regiões. Então nós vamos fazer uma portaria, publicando a composição do Comitê. Na composição do Comitê a gente vai dar, como composição do Comitê, composição da comissão geral de trabalhos técnicos, composição de... E a gente pode a todo tempo que vocês tiverem ingresso de pessoas, a gente vai revisando essa portaria, revogando a anterior, e estabelecendo uma nova, até que a gente consiga chegar à representação de todos os Tribunais. Ok? Porque aí eu entendo que gente vai conseguindo avançar nessa questão de nacionalizar as temáticas. E é importante que a gente tenha essa ação já o mais rápido possível pra que eles possam participar

também dessa definição dos pontos de controle. Combinado assim? Ok! Então vamos lá! Agora pro nosso próximo ponto, que é o ponto que pra mim, ainda tá aqui, nós definimos o método, mas vamos construir juntos aqui agora. Vocês vão me ajudar a descobrir como é que vai, como nós vamos estabelecer. Nós estamos colocando aqui, a partir desse ponto, como foco nosso, a construção de uma agenda comum. Esse é o tema que sugerimos pra Santa Catarina, pra ser o tema do Sined, pra estar gravitando ali o tema do Sined. Vai ter uma composição com o nome diferente, mas o objetivo é esse. Baseado em que isso? Baseado no fato de que todos nós temos uma grande ansiedade de solucionar os problemas que percebemos na política de educação. Ao perceber os problemas, cada um de nós, no seu Tribunal, buscou uma solução, menor ou maior, mais ou menos estrutura, mais ou menos tecnológica; cada um de nós buscou essa solução. Essas soluções, pouco conversou umas com as outras. A gente pouco conseguiu aproveitar uma em outro Tribunal, tem experiências, não é por falta de vontade, não é por falta de visitar, não é por falta de conhecer que tem algumas iniciativas que não estão em todos os Tribunais. Então sempre tem alguma questão. Ontem a gente estava aqui conversando. Desculpa se estou citando muito Santa Catarina, porque a gente conversou ontem, está muito fresco na memória as coisas. Santa Catarina foi à Minas, viu na ponta do lápis, pegou tecnologia, e não conseguiu implementar ainda, porque sempre tem alguma coisa aqui, acolá que impede de colocar. Então muitas delas, iniciativas dos Tribunais, que estão aí colocadas, que a gente não consegue gerar complementariedade. Então esse é um ponto. Segunda questão é, nós precisamos nessa diversidade conseguir entender onde que cada componente dá a mão ao outro, complementação do outro. Porque se nós entendemos que algo precisa ser feito na educação, é porque realmente faz parte desse conteúdo e precisa ser realizado. Então, de alguma forma, ele vai complementar a ação do outro. Só que a gente não conseguiu enxergar aonde ainda. Então a gente precisa enxergar. E a partir daí a gente está criando uma metodologia pra fazer conjuntamente. O que a gente vai fazer conjuntamente pode ser exatamente o ponto de interligação das coisas todas que estão estabelecidas. Então nós estamos sugerindo aqui quatro eixos pra que a gente se divida em grupos. Então cada um desses quatro eixos utilizaria a planilha que foi estabelecida dessa metodologia para seleção dos pontos de controle. Pra gente chegar aí, ao final,

nas fiscalizações a fazer. Como que nós definimos esses eixos? Quando a gente fala em educação, PNE, tem 20 metas, eram 07 eixos inicialmente. Tinha a simbologia de uma casa. Vocês lembram disso na discussão? Eu participei bem mais no PNE de 2014 do que desse. Que acho que se no Espírito Santo está muito desarticulado as conferências municipais, algumas aconteceram muito atropeladamente. Outras, numa região muito grande. Reuniu municípios demais, se perdeu. Não sei como será o ambiente da conferência nacional. E nem sei, assim, está pré-marcada pra 21 a 24 de novembro. Não tenho nem segurança se ela vai acontecer nessa data ou não. Entendo que as eleições podem impactar diretamente nessa decisão ou até mesmo no seu conteúdo. Mas, enfim, isso não nos cabe. E na educação tem vários pontos. E como trata esses vários pontos? A ideia era tentar aglutinar numa mesma realidade. Então nós colocamos aqui base estrutural e padrão de qualidade. Quando a gente fala de base estrutural e padrão de qualidade, nós estamos levando em consideração tudo o que está estabelecido na metodologia do Custo Aluno-Qualidade do ponto de vista do financiamento, da infraestrutura, dos profissionais necessários, enfim, todas essas questões que vão estruturar a política de educação, né. Foi falado aqui dos diversos problemas. Então obras paralisadas, que é um problema crônico, enfim. Nós gostaríamos que se organizasse nesse tema, nesse eixo, quem tem alguma experiência no seu Tribunal, relacionado a essas questões ou que tenha desejo de construir ou que esteja no plano de fiscalização, construir alguma ação que encaixe nesse eixo. O segundo, nós colocamos aqui, base curricular e estratégias pedagógicas, por quê. Porque há uma... Nós somos Tribunais de Contas. E aí devemos, por competência, fazer a apreciação e julgamento de contas, mais relacionado ao financeiro, mas não há como a gente desprezar a observação da legislação no que diz respeito à base nacional comum curricular, a composição dos currículos nas escolas diante disso. E nós percebemos que há em mesma rede escolas com currículos muito diferentes. Ausência muito grande de estratégias pedagógicas de suporte e aprendizagem. Algumas estabelecidas em lei, que não são cumpridas, inclusive no PNE e nos planos municipais e no Plano Estadual de Educação. Então muitos Tribunais já se adiantaram a isso e já tem experiências de fiscalização nessa área, até de ações nessas áreas. E aí a gente quer vivenciar isso. Então gostaria que as pessoas que tivessem fiscalização nessa área, ou plano de fiscalização

nessa área, pudesse compor esse eixo. O terceiro eixo, formação, avaliação e verificação de resultados. E aí a composição dos indicadores da educação, todos entrariam aqui nesse eixo. Porque são as questões que nos levariam a trabalhar a partir das evidências. Então o elemento norteador seria efetivamente o resultado. Por que isso aqui? Porque há uma grande discussão sobre a ação educacional orientada a um indicador. Tem muita gente que discute isso quando fala de alfabetização, que alfabetização é um processo que se aplica ao longo da vida. Só que nós precisamos de alguma evidência. Então pra nós é importante estruturar isso. E aí colocar aqui nesse grupo quem tem trabalhos, iniciativas, fiscalizações, nessa área temática. E o quarto, que pra mim é muito delicado. E eu não sei se a gente já conseguiu avançar suficientemente nele, que é intersectorialidade na perspectiva da integralidade cidadã. O que eu estou dizendo aqui? Eu vou lembrar uma frase do nosso querido conselheiro, que presidiu o Comitê Técnico até bem recentemente, conselheiro Cezar Miola, que tem um trabalho inquestionável na educação, nesse processo de articulação, de definição, que ele dizia assim, “Lugar de estudante é no orçamento público”. Vocês já ouviram essa frase dele. Não já ouviram? Só que o mesmo estudante precisa de saúde, precisa de assistência social, precisa de trabalho depois, quando sai da escola. Então no orçamento público é lugar da cidadania, é lugar do cidadão na sua integralidade. E a gente precisa olhar pro potencial de todas as políticas públicas. Então perceber essa intersectorialidade, onde que as outras políticas se encontram e colaboram com a educação; onde que a educação pode estar invadindo uma ação de outra política pública. A gente usou o exemplo, mais cedo, da alimentação escolar, sob uma perspectiva que pode ter diferentes visões. Então esse eixo é na perspectiva desse trabalho, na compreensão legislativa dessa intersectorialidade, que é prevista na legislação, que é falada nos discursos, mas dificilmente vivenciada, por quê? Porque existe uma cultura de que a gente resolve tudo na escola. A gente resolve todos os problemas na escola. E a gente puxa os problemas pra escola. Eu acompanhei, quando Paula fez auditoria operacional lá, coordenou a auditoria operacional, falei assim, “O dia que você for à escola, você me fala que eu vou com você”. Aí eu deixava ela aplicando o questionário e ficava rodando a escola. Eu nem participava de entrevista, de nada. Eu ficava longe disso. Mas eu ficava rodando a escola. O Sérgio, que está aqui, foi conosco em uma escola – uma escola com uma

infraestrutura belíssima, uma cidade da Região Metropolitana – tentou filmar um banheiro, porque o banheiro estava fechado há um tempo. Ele não conseguiu. Porque o banheiro estava com o esgoto estourado e a porta estava trancada por causa disso há um ano. Então assim, é uma negligência que claramente era por conta do diretor da escola que estava ali. E a gente foi em uma outra escola, muito mais precária, que as coisas funcionavam. Então quando a gente fala que tem um impacto direto na aprendizagem, isso é um exemplo estrutural, mas tem um impacto direto na aprendizagem. A gente perguntava à diretora – a que tinha mais comprometimento com a escola, e à que teve menos comprometimento com a escola - o seguinte, “Qual é o nome do CRAS da sua região?” “Hein, CRAS? Não sei”. “E o coordenador do posto de saúde aqui da região?” “Não, não sei”. Então as políticas não conversam no território. É cada um por si e Deus pra todo mundo. E as pessoas falam que o modelo de organização brasileira, administrativa, faz com as secretarias sejam ilhas. Porque vai lá apresenta aquele organograma cartesiano. Então cada um é uma ilha. E o falo que não são só ilhas, são ilhas inimigas. Porque elas ficam disputando o orçamento uma das outras, perdendo a percepção de que a ausência de orçamento em uma, vai aumentar o problema da outra. Então a gente precisa também olhar pelo controle com essa visão. Porque quem está vivendo isso lá na ponta, dificilmente pela dificuldade - aqui é uma falta de compreensão com quem está executando - vai ter essa percepção que nós estamos trazendo aqui, que pra nós, parece tão razoável. E tão facilmente compreendido. Então nossa ideia é debater sobre esses grupos e entender se esses eixos estão apropriados para essas iniciativas. Se vocês gostariam de fazer alguma alteração. Como nós podemos compor esses grupos porque, a partir disso, a aplicação da planilha se dará nos grupos. Então é uma forma de a gente fazer cada grupo já reduzir um pouco o escopo. Porque se a gente for aplicar nessa planilha, eu estava conversando aqui com alguns, vão aplicar nessa planilha aberta pra todo mundo todas as situações problema da educação. Dá uma planilha do tamanho de um... É um tratado muito grande. Então, ao dividir em grupos, a gente imagina o quê? Primeiro, evita uma composição muito assembleiana, grande demais, que a gente não consiga ter o controle de um debate razoável. Então a gente divide esse grupo porque a gente diminui um pouco o tamanho pra facilitar o debate. Nós temos gente presente hoje, presente virtualmente, os grupos vão se reunir virtualmente. E aí cada

grupo vai ter uma coordenação. E a coordenação vai marcar os períodos de reunião livremente. Vocês façam isso. E a gente vai tentar marcar um bate-papo que não vai ser de dia inteiro como esse. Virtual também, mensalmente, pra esse grupo saber se os encaminhamentos estão todos bem, se tá precisando de alguma coisa, se tem alguma coisa que ficou faltando. A segunda coisa é a gente entender se, quem vai pra onde, quem participará de onde, de qual grupo. E já definir isso aqui. A gente pode passar aqui uma construção; quem está no chat colocar “eu queria participar desse, daquele”, pra que a gente defina a construção. E escolher um coordenador. A gente dá um “tempinho” aqui, eu não sei se reúne em grupo já, no presencial, ou faz grupo separados, virtualmente, pra gente escolher os coordenadores. Porque do jeito que a gente escolheu articulador regional fica muito, as pessoas ficam tímidas, aí se voluntaria. Eu sabia já que vocês têm uma construção, então não é uma coisa difícil. Mas como neste caso nós estamos começando do zero, eu acho importante vocês conversarem um “pouquinho”, quem tiver fazendo parte desse grupo. E aí a gente pode transitar, porque estou vendo gente com sono, doido naquela rede, que falei mais cedo. Mas aí transita um “pouquinho”, e conversa. Então a proposta é essa, porque a partir daí a gente estabelece como se dará esses grupos de trabalho, e o resultado que nós desejamos. Então a palavra está aberta pra quem quiser contribuir. Contribuir com tudo que foi dito aqui, desde os eixos, a formação, enfim, os trabalhos que estão realizados. Fiquem à vontade. O grupo de compatibilidade do orçamento a gente já vai destacar em separado. Já é um grupo em separado. Mas quem faz parte do grupo, como ele tem um objeto definido, ele pode participar do grupo do eixo, porque ele vai ter uma duração mais permanente, esses eixos. Ok? A palavra franqueada. A sugestão da Paula é a gente colocar os eixos na tela. A nossa sensação é de que a Rachel e a Naila estão conversando entre si tramando o plano de dominação do mundo lá. Ainda bem que nessas horas elas não escutam a gente, né? Por favor! Espere aí que o microfone vai até você, porque aí a gente registra.

A SR.^a JUMARA NOVAES SOLTO MAIOR (TCM-BA) – Boa tarde! Conselheiro, é uma pergunta e uma dúvida mesmo. Sobre a participação de cada um de nós nesse eixo. Porque essa é uma estrutura nova. Então talvez esse silêncio também decorra do tempo que todos nós precisamos pra pensar sobre isso.

Então eu penso que talvez seja, neste momento, difícil por exemplo escolher uma coordenação pra cada um desses eixos. Porque, falando por mim, eu gostaria de ter a oportunidade de compreender melhor as bases sobre as quais a partir desse chamado de cada um desses eixos, nós vamos trabalhar. Por exemplo, sou educadora, o segundo eixo proposto base curricular estratégias pedagógicas foi um chamado que me tocou profundamente pela minha condição. E me trouxe muitas dúvidas sobre o que é do ponto de vista do controle externo, nós podemos fazer acerca do currículo. Tá? Ou que pontos dessa fronteira com o controle externo a discussão de currículo traz. Então talvez a gente pudesse, e aí vai a minha segunda pergunta, aqui do TCM temos mais de uma pessoa, cada um de nós poderia estar em um desses eixos até para compreendermos, de forma mais ampla, o que cada um deles propõe. É uma questão inicial, não sei se fui clara, e o senhor poderia me ajudar.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO –

Claríssima! E já deu sentido ao grupo, percebeu? Porque nós não temos todas as respostas. É exatamente essa reflexão, porque, eu vou tentar dar um exemplo aqui, perguntando pra vocês também. Quando vocês vão fazer uma fiscalização de infraestrutura, ninguém cobra aprendizagem, ninguém vai lá e fala que “Tá faltando informação do professor; há, o currículo tá diferente, o que vocês vão fazer?” As pessoas misturam muitos assuntos, e a gente precisa compreender mesmo. E aí, até aonde a gente pode ir? Agora, a coordenação a gente precisa ter, porque senão vai ficar só com a gente, centralizado. E aí a gente a possibilidade de perdermos tempo só com o processo de organização é muito grande. Porque todos nós temos muitas atividades, e a gente já sabe o tamanho da tarefa que nós estamos pedindo a vocês. Mas imagina isso tudo somado na gente. Com o Comitê de Conselheiros, com o Comitê daqui. A gente precisa ter uma coordenação mesmo que seja provisória pra puxar os trabalhos. A composição, nós temos os articuladores regionais exatamente pra trazer gente pra dentro do Comitê. Não está limitado. Então não tem um limite de técnicos por Tribunal. Se for interessante ter outros técnicos do Tribunal participando, fiquem à vontade. Se quiserem distribuir eles nos eixos, fiquem à vontade. Pra nós será ótimo. Porque nós não perderemos contribuição. Agora, saibam o seguinte. Metodologicamente, lembra que estamos aqui, esse trabalho inicial vai

ser pra gente escolher o que que nós faremos conjuntamente. Então, ao final dos trabalhos de cada grupo, vocês vão ter que sugerir, cada grupo vai sugerir o que nós deveríamos fazer conjuntamente. De posse disso, vamos juntar todo mundo e ver qual grupo nós vamos atender ou se vamos atender mais de um, dadas as possibilidades que nós temos. E aí definimos o que nós vamos fazer. Se no processo de escolha, algum Tribunal achar que pode construir no seu próprio Tribunal alguma outra coisa que foi debatida, que foi não escolhida pelo grupo, fique à vontade. A metodologia está aqui pra contribuir, pra colaborar. Mas a gente precisa, ao final, tirar o nosso, o que nós faremos juntos. Então assim, só pra gente não perder de vista o nosso objetivo com essa construção. Se você não ficar muito contrariada comigo, eu gostaria muito que a gente tivesse um coordenador de cada eixo desse ao final, mesmo que seja provisório. E aí, a gente pode avaliar, e a inclusão de pessoas, fiquem à vontade. Que bom que você foi impactada com o grupo!

O SR. GILSON SOARES DE ARAÚJO (TCE-PI) – Conselheiro, vocês pensaram, os articuladores fazem parte também desses grupos ou vocês acham que os articuladores já vão ter um trabalho, como foi que vocês imaginaram?

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Não. São coisas diferentes. Eu acho que a articulação não retira vocês dos grupos. Porque a articulação vai ter um esforço maior na composição inicial, que nós vamos ter. E depois é uma manutenção do diálogo, é uma forma de conversar. Mas isso não tira dos grupos, o debate dos grupos tem outra lógica. Aí é o conteúdo, de fato. Tirar você de um grupo desse, só se eu tiver doido. Eu acho que ainda não estou. Então não retiraremos articuladores. Rachel está com a mão levantada. Ela combinou um negócio com a Naila antes, vocês viram, né, foram testemunhas. E agora ela vai falar. Olha lá, como é que eu “matei a charada”.

A SR.^a RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO (TCE-MG) – Conselheiro, o senhor que é muito esperto! É que eu combinei a moqueca em Guarapari.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Fechou! Nós vamos pra Meaípe, que a praia está mais agradável e tal. Fechou!

A SR.^a RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO (TCE-MG) – Tá certo! Então tendo em vista esse combinado, eu tô me candidatando pra coordenar o Eixo 01.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – A gente tá até em silêncio com tamanha determinação. Você deixou nós todos chocados!

A SR.^a RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO (TCE-MG) – O fato é que eu gosto do Espírito Santo!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Ah, muito bem!

A SR.^a RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO (TCE-MG) – Mais ainda da moqueca

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Muito bem! Tem uma colega nossa que levantou a mão, não consigo ver o nome dela. Adriana? Adriana, por favor!

A SR.^a ADRIANA F. DO REGO (TCE-PB) – A gente já pode se candidatar, não à coordenação, mas a participar do grupo, já pode escolher grupo?

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Fique à vontade! Vocês podem se candidatar e podem se manifestar, se quiserem. Fiquem à vontade! Quem está no virtual, pode falar. É importante a gente ouvir a voz de vocês também. Vocês ficam em silêncio aí. É bom a gente ouvir vocês. Mas pode também escrever no chat pra ajudar a gente a fazer os grupos aqui escritos. Tá bom? Mas Adriana, candidate-se aí, diga pra nós.

A SR.^a ADRIANA F. DO REGO (TCE-PB) – Então, eu acho que a Paraíba, no momento, teria mais afinidade com o Eixo 01. Porque está prevista uma atuação conjunta de toda a auditoria numa inspeção às escolas, a estrutura das escolas. Não somente os setores. Mas uma força-tarefa. Além disso, assim, eu passei algum tempo fazendo inspeção de engenharia, antes de trabalhar na operacional. E nós também temos um indicador lá, que dentre outras coisas procura avaliar a estrutura, a base estrutural e a qualidade das escolas. Por isso a afinidade com o Eixo 01.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO –

Muito bem, Adriana! O Israel está com a palavra.

O SR. ISRAEL SANTOS DE JESUS (TCE-BA) – Nós, da Bahia também, pela nossa experiência que tivemos recente, também numa auditoria que fizemos visita às escolas estaduais pra verificação dos protocolos de atendimento à... Então nós também gostaríamos de participar do Eixo 01.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Eu estou entendendo que, com o voluntariado, a gente está concordando com os eixos. É isso? E nós estamos indo muito no estrutural. Eu precisava ouvir quem tem experiências em atividades que corroborem com os outros eixos. Estou vendo o TCM do Rio olhando pra gente, assim, com vontade de usar o microfone. E eles estão tímidos de uma proporção que não combina. O carioca não tem características de timidez. Quando ele tem material pra, como diz o baiano, “se amostrar”, amigo! Depois nós vamos dar a palavra pra eles por pressão. Vamos lá, Adrissa!

SR.^a ADRISSA MAIA CAMPELO (TCE-RO) – Conselheiros, colegas, assim, não se vai se amoldar exatamente ao que vocês esperam, né, trabalhar, essa questão do Eixo 04, da “intersetorialidade na perspectiva da integralidade cidadã”. Porque o que acontece, eu leio esse eixo, e vem à mente muito o trabalho que a gente vem desenvolvendo através da Busca Ativa, né. Porque um dos principais eixos da estratégia, que foi desenvolvida pelo Unicef, diz respeito justamente à articulação intersetorial. Porque exatamente como tá ali. A metodologia que eles desenvolveram olha pra criança como um todo. Porque sabe que a maioria das causas, ou boa parte das causas que levam uma criança a estar na condição de evadido, de ter abandonado ou de estar excluído da escola, perpassa situações que podem ser solucionadas pela saúde, pela assistência social. Então assim, o trabalho que eles desenharam, diz respeito a esse, também contemplando essa intersetorialidade. Então não sei de alguma medida, apesar de ser, assim, da experiência da gente ter esse foco muito específico, da Busca Ativa e desse tema, eu acredito que possa ser uma experiência. Então, se fosse possível, de repente colocar a gente nesse eixo. E vocês avaliarem se, enfim, se é pertinente realmente ou não. Mas é um trabalho que a gente vem desenvolvendo, de articulação interinstitucional e intersetorial.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Eu acho perfeito! E vou dizer uma coisa, vou contar uma história pra vocês. A primeira iniciativa de Busca Ativa que houve foi na política de assistência social, em 2011, no contexto da superação da pobreza extrema no Brasil, que na assistência social trabalhou-se essa questão da Busca Ativa. Inclusive, os educadores reclamaram dessa expressão, porque falaram que a busca já é ativa, então era pleonasma que, na língua portuguesa a expressão é errada. E hoje, de castigo, usa na educação. Não sei porquê. Enfim. E aí, essa era a premissa básica. Nós temos atores públicos que estão nas diversas políticas que precisam encontrar as mesmas pessoas. Então eu acho extremamente pertinentes os mecanismos. A gente tem um estudante perdido que o agente comunitário de saúde visita todo mês. Então, ele só não está achado, ele só precisa ser buscado ainda porque a gente não conversou um com os outros dentro do poder público. Então essa perspectiva está perfeita. Então quem estiver com estratégia de Busca Ativa, se puder estar nesse eixo e a gente trabalhar nessa perspectiva e apontar essa direção, seria muito importante.

A SR.^a FERNANDA DE MOURA RIBEIRO NAVES (TCM-GO) – Conselheiro, eu, Fernanda, do TCM-Goiás, nessa perspectiva até das experiências do GAEP, também gostaria de compor esse Eixo 04.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Aí a gente tá – a Eliane tá perguntando pra mim “quem vai coordenar”. Porque a Adriana se voluntariou sem... A Rachel foi a única que se voluntariou pra coordenação. A Adriana se voluntariou pro Eixo 01, mas não nessa perspectiva de coordenação; Israel, pro Eixo 01 também, Bahia. Fernanda e Adrissa, pro Eixo 04, não necessariamente pra coordenação. Mas se alguém for, assim... Do mesmo jeito que Rachel admitir coordenar, já pode dizer pra gente se tiver outra pessoa que também queira coordenar, diz também. Não tem problema a gente eleger no final, não, gente. A gente pode ter afinidade aí pra essa escolha.

SR.^a ADRISSA MAIA CAMPELO (TCE-RO) – Conselheiro, só com relação a coordenar, né? Eu não sei se é a mesma situação que os colegas passam, mas assim, eu fico um pouco, eu até gostaria de participar, de coordenar de repente esse eixo. Eu, particularmente, só fico um pouco preocupada porque, como lá no Tribunal, pelo menos no meu caso, eu já tô coordenando outros trabalhos,

como a gente não sabe ainda ao certo a demanda, né, que vai advir desse trabalho. Aí eu fico, não sei se outros colegas estão na mesma situação, porque eu tô no setor operacional do Tribunal, né, então assim, e eu também tenho que conversar isso com o conselheiro Euler, que é o nosso conselheiro patrocinador. E é quem, ao fim, ao cabo, vai inclusive mandar esses nomes que vão trabalhar aqui, para além de, possivelmente eu, né. Então assim, só pra explicar um pouco o meu cuidado com relação a isso, de não assumir muito as frentes e isso acabar prejudicando, de alguma forma, o Tribunal. Mas assim, compondo a equipe certamente, aí coordenando, acho que talvez, quando a gente tiver uma maior dimensão de trabalho fique mais fácil até da gente se voluntariar ou indicar algum outro colega que tenha mais condição de contribuir, né? Porque imagino que cada um aqui tenha um foco em mais algum tipo de trabalho. E às vezes isso acaba impactando, né. Pode impactar tanto aqui quanto no nosso Tribunal.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Eu vou também pedir a vocês numa lógica. A Adrissa já é articuladora aqui, eleita por nós, pra Região Norte, né? Então quem tiver na articulação, é ótimo está em outro grupo, mas se a gente puder ter um coordenador, diferente do articulador, seria importante, porque aí mais pessoas têm uma atividade de liderança, vamos chamar assim, neste grupo. E como nós estamos aqui num grupo de bastantes lideranças, seria importante a gente ter. Mas repito, quem quiser coordenar se manifeste pra poder contribuir. Não tem ninguém com a mão levantada lá, tem Maíra, com o microfone aqui.

A SR.^a MAÍRA OLIVEIRA NORONHA (TCM-BA) – Eu tenho uma dúvida. As questões relacionadas à valorização dos profissionais do magistério estão incluídas no Eixo I? Isso? Então eu gostaria de participar também. Já tem dois anos que a gente tem feito auditoria nessa área, várias metas relacionadas à valorização dos profissionais de educação. Então acho que poderíamos contribuir nessa dimensão.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Tem uma questão que é importante, que a gente conversou ontem. Eu disse pro Gerson, no final assim, “Oh, eu nunca disse isso desse jeito pra ninguém”, mas agora eu já estou dizendo pra muita gente, já. Eu falei de manhã mais cedo, como é que a gente faz o novo Fundeb caber no custo aluno qualidade? E é

nessa lógica. Quando a gente fala da valorização dos professores, a gente está falando da valorização dos professores nesse ambiente de qualidade. Então como é que ele vai caber no Fundeb? Na minha perspectiva tem jeito de fazer. É só a gente encarar as coisas como elas devem ser encaradas. Não é fácil. Mas é importante que a tenha essa leitura. Então por isso ali na nossa primeira temática.

A SR.^a PRISCILA LIMA DE CASTRO (TCE-CE) – Oi! Boa tarde! Eu tava aqui refletindo, eu acho que muita gente já tem um experiência maior nesse eixo mesmo, né? Acho que os nossos trabalhos eles acabaram sendo muito nesse eixo um. Eu acho, conselheiro, assim, a afinidade da pessoa acho que vai contar muito agora pra escolha desse eixo que a pessoa quer trabalhar. Com relação... Eu me interesse bastante com intersectorialidade. Eu acho também que é uma preocupação nossa, e pelo menos minha assim foi um interesse mesmo particular. A questão dos órfãos da Covid. Então é uma coisa que realmente as secretarias vão ter que trabalhar muito em conjunto, saúde, assistência social, a educação. Porque foram muitas crianças que hoje estão numa situação familiar bem diferente por conta de tudo o que aconteceu na pandemia, né. Pelo menos me chama muito a atenção e eu gosto. Também me disponho a ficar no Eixo 04. E acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Priscila, né? Alguém mais? Ah, muito bem. Eu só não pedi pra levar o microfone aí porque achei que ia ser afronta demais. Já tinha feito a brincadeira e tal.

A SR.^a KETZA CARDOSO (TCM-RJ) – Então, lá no TCM, no Tribunal do Município, do Rio, a gente tem um Programa de Visitas às Escolas, que é um acompanhamento das escolas do 6º ao 9º ano, do segundo seguimento do ensino fundamental, de uma maneira bem abrangente assim, estrutura, qualidade de prestação de serviços, execução dos contratos de merenda, limpeza, da portaria, ver convênio com guarda municipal, na questão de segurança. Então acredito que o item 03, que é de formação, avaliação e verificação de resultados, a gente pode contribuir mais nesse ângulo.

O SR. RICARDO DA SILVA DINIZ ÇONÇALVES (RCM-RJ) – É que eu tava pensando –e item 03 também – até no almoço conversei com o colega do

Tribunal de Contas do Amazonas sobre os dados do senso e do SAEB. Que a gente não tem muita garantia de tá com ele completamente disponível pra gente trabalhar com esses dados, que são índices de educação ali no meio. Tem entrevista com professor, diretor, eles falam se tem sobrecarga de turmas, se tem barulho, todo esse material que tem no SAEB. Mas a gente não tem garantia da disponibilidade. Então acho que seria um tema interessante pro Rui Barbosa dar apoio político, jurídico e técnico pra disponibilizar essas informações.

O SR. FELIPE CAMPOS (TCM-RJ) – Concordo com que os meus colegas do TCM falaram. A gente tem duas frentes, mais ou menos, de atuação lá no TCM agora, a 3ª Inspectora Geral de Controle Externo, e a gente tem esse outro projeto, que é um projeto vinculado ao gabinete do Felipe Puccione. Eu vejo esse desafio de verificação de resultados como um dos mais desafiadores aqui dos eixos. Porque a aprendizagem dos estudantes ela é uma questão multifatorial, né. Então a gente tem fatores intraescolares e fatores extraescolares, né, relacionadas a nível socioeconômico da família, condições do entorno, da casa desses estudantes, se tem acesso à saneamento básico, se ele não tem acesso à saneamento básico. E dentro da escola a gente tem vários processos diferentes também que impactam o resultado desses estudantes, né, qualidade das aulas, gestão escolar. Então é multifatorial. Então como a gente verifica, como a gente julga a escola só pelo IDEB, né? Quais são os processos dentro dessa escola que estão levando o resultado melhor ou pior desses estudantes, né? Então lá ano Tribunal, a gente agora, eles têm esse trabalho que já fazem de acompanhamento das escolas. E a gente começou um outro trabalho que é muito focado na gestão escolar. Então a gente tem um grupo de 40 escolas. Eu digo assim que metade do meu tempo no Tribunal eu tô dentro da escola, e metade do meu tempo eu tô lá no escrito, presencial, com as pessoas que trabalham comigo. Então a gente tem uma formação continuada, né, com a equipe gestora que a gente tá fazendo, por 18 meses. Porque assim, a literatura nos diz que a gestão escolar impacta o resultado dos estudantes. Tem um efeito de correlação entre essas duas variáveis. O que a gente tá querendo testar no Município do Rio é se a gente tem também causalidade, se a gente consegue comprovar. E aí a gente tem todo o rigor metodológico que vem da Universidade de Cambridge, que tá apoiando a gente nesse estudo. Pra, depois desses 18

meses - a gente tem um grupo de tratamento, tem um grupo de controle - pra poder ter evidências mais robustas do impacto da gestão escolar no desempenho desses estudantes. Então a gente começou esse trabalho com 40 escolas. E aí a partir dos resultados que a gente atingir, depois desses 18 meses, a gente vai conseguir ter uma política, dá indícios, né, muito robustos pro poder executivo de como estabelecer uma política de gestão escolar cada vez mais eficiente, mais efetiva e que realmente impacta no resultado dos estudantes. Mas assim, é algo que eu vejo ainda muito incipiente nos Tribunais de Contas. Mas assim, não porque eles não querem fazer, mas porque é uma análise realmente multifatorial e bem complexa, né.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Olha bem como é que a discussão vai avançando e a gente vai ganhando uma certa riqueza, né, o olhar de cada um. E quando a gente tenta formular um eixo desse, a gente faz a partir do nosso olhar. Aí a gente traz os olhares diferentes. Viu conexões já sendo feitas inicialmente? A fala de vocês já esbarra na intersectorialidade, já passa pela infraestrutura, chega nos indicadores. E é exatamente isso que a gente quer. Então acho que é perfeito. O que vocês estão fazendo lá em relação a essa metodologia que vocês estão estabelecendo pra avaliação da gestão escolar ela é importantíssima que continue pra depois a gente conseguir trazer pra cá nesse universo. Mas a gente definir a fiscalização nesse ambiente com essa experiência de vocês será riquíssimo. Então a gente já estabelece aí o caminho inicial do Grupo 03. Então, de alguma forma, nós tivemos alguma menção pra todos os grupos. O que a Priscila diz é fato, pode ter... Todo mundo tem experiência mais próxima no Eixo 01. Mas se tiver afinidade, desejo do encontro pra debater a questão de outro eixo, como disse a nossa amiga aqui, da Bahia, também é importante que faça, e a gente vai distribuindo assim. Como as pessoas estão se manifestando, “Ah, eu quero esse, eu aquele grupo, eu quero ficar naquele grupo”, tá ficando disperso pra gente. É importante a gente definir quem vai coordenar então, já que tem uma aceitação sobre o formato dos eixos, pra gente fazer como a Eliane fez, ela disponibilizou o telefone da Rachel. E as pessoas que vão compor o Grupo 01, anotem o telefone da Rachel e enviem mensagens pra ela, que ela vai organizando o grupo já, com ela lá, quem vai participar do Grupo 01. Da mesma forma, porque eu pedi

pra colocar no chat, mas me deram uma devolutiva que no chat não tá tão fácil de acompanhar porque tá misturando. Então, eu ainda bloqueei a tela dela, ela não pode fazer outra coisa. Ela está apresentando os eixos ali. Então eu só dificultei a vida da minha querida Eliane. Então se vocês puderem, a gente puder avançar para os coordenadores. Mas tem uma pessoa com a mão levantada. Eu não consigo ver o nome, Sílvia. Oi, Sílvia, tudo bem? Pode falar, querida!

A SR.^a SÍLVIA MIRALHA DE ARAÚJO (TCM-PA) – Tudo! Então, é só mesmo no sentido de, como a colega do TCM do Rio de Janeiro falou, em relação a esse trabalho, né, que eles fazem, pra nós aqui a gente chama de TCM nas escolas. E justamente nós trouxemos dos Tribunal de Contas do Município do Rio esse projeto deles. E hoje atua já, desde 2018, nesse projeto. É vai justamente a estrutura, alimentação, a gestão. Então eu acredito que realmente pro TCM-PA, o Eixo 03 ficaria bastante interessante, já que a gente já atua nesse segmento.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Então podemos avançar nessa questão das coordenadorias pra gente conseguir quem fica com a coordenação de cada grupo, e, a partir daí, a gente se organizar? Vejam! Essa coordenação pode ser provisória. Porque se eu disse pra vocês que eu sei o tamanho disso, eu vou estar mentindo. Porque o potencial de vocês é que vai designar o tamanho. O potencial, mas não só o potencial, o desejo, a possibilidade que vocês terão. Então pode ser provisório. Ela pode, ao longo do tempo, se vocês quiserem substituir, fiquem à vontade. Mas seria importante que nós tivéssemos uma coordenação inicial já pra fazer. E quem tiver na coordenação de cada eixo, se percebeu o eixo um pouco esvaziado, pode também estabelecer uma conversa com os articuladores regionais. Porque aí na hora de fazer a articulação, também fazer uma sensibilização dos Tribunais mandarem pessoas que contribuam com uma determinada temática. Porque aí a gente vai compondo na medida da necessidade também. Tudo bem? Então aí nós e estamos abertos aos voluntários para coordenação dos grupos. Eu entendo assim, que preciso ir direto ao ponto e perguntar quem do TCM do Rio vai coordenar o Eixo 03. Pelo menos eu estou fazendo eles rirem, né? É isso mesmo, Ketza? Não, nós não fizemos assim, eu tenho ideias, mas a gente, quando estava conversando, de coisas que podíamos fazer, eu fui orientado inclusive a dizer assim “Leve seu potinho vazio”, porque a gente precisa ter

liberdade pra gente definir o que vai fazer. Meu potinho tá vazio. Porque eu não quero interferir com o que será construído. Eu entendo que tem questões que nós precisamos responder. Depois que a gente definir os grupos aqui eu vou fazer uma pergunta a vocês sobre isso. Mas então, Ketzta, não tem diretrizes. Você vai coordenar e livremente você vai... A única coisa que nós vamos te oferecer é “Oh, faça nessa metodologia aqui; a planilha tá aqui, nessa base”. E como só o TCM do Rio que se manifestou no grupo, nós vamos usar a articulação pra colocar pessoas de outros lugares no grupo pra discutir com vocês. Ótimo! Maravilha! É isso aí. Ótimo! É porque eu não estou vendo o chat. Então. É isso mesmo, Ketzta, então? Qual é o seu telefone, Ketzta? Ela está pedindo pra colocar ali na...Tem? Então tá bom. Ketzta! Olha como ela está feliz! Olha que olhar alegre! Não, ela tem aqui, ela vai colocar. Mas esse 21, Ketzta, foi tudo o que a gente precisava ouvir. Já foi o “aceite”. Alguém estava com o microfone na mão pra falar.

A SR.^a KETZA CARDOSO (TCM-RJ) – É porque falamos ao mesmo tempo, já tava com aflição que ninguém falava no 03, só falava no 01. Eu disse que ia ficar sozinha no 03. Mas aí já trocamos algumas ideias antes do almoço. Vai ser muito bom trabalhar, e aproveitar essa experiência de vocês, o conhecimento, pra gente também trocar algumas ideias. Era só pra dizer que a gente vai participar do grupo 03. Eu participar do grupo 03.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Você sabe que eu dei um azar danado, né? Eu fui no TCE do Rio, em 2019, aí fui no TCM do Rio. Só que eu não tinha marcado assim, e não tinha ninguém de vocês lá pra atender a gente. Eu fiquei com o conselheiro Tierris lá, doido pra ver a experiência deles, mas bati com a cara na porta. Porque não marquei antes, mas já estou aí com essa missão de conhecer lá o trabalho de vocês. Mas eles estão chiques agora, que eles vão fazer só de Incosai pra cima, né, gente? O Rio de Janeiro só organiza Incosai pra cima, agora. Que em novembro eles vão estar lá em evento, a gente não pode ir. Mas enfim, a gente vai ficar torcendo. Quem mais? Nós precisamos de dois coordenadores do Grupo 04 e Grupo 02, pra que a gente consiga compartilhar aí a planilha. E a partir daí, a gente designar os trabalhos. Tem gente se manifestando no Grupo 02, aí? Nós temos escassez no Grupo 02. Mas eu entendo que é muito importante a gente conseguir

responder à pergunta que você fez. Porque esse é um conflito que já apareceu. Porque à medida que a gente vai avançando... Eu vou falar da nossa capital. A nossa capital é uma capital com o orçamento bastante razoável; “pequeninha”, do ponto de vista territorial. Aliás, uma cidade belíssima pra vocês conhecerem. Mas nós encontramos escolas com uma diferença curricular enorme. E isso está gerando um transtorno, a possibilidade de correção, está gerando um transtorno muito grande. E a gente vê que isso traz um resultado e um impacto na melhoria da aprendizagem. Não é indicador, mas é uma forma, é um dos insumos que estão estabelecidos. Nós vamos fiscalizar isso ou não? Essa é a questão fundamental. Então a gente entendeu lá, no Espírito Santo - eu estou contando da nossa experiência – que dar o passo pra trás pra verificar a questão estrutural era importante, a infraestrutura, a valorização dos profissionais. Mas olhando pra Sobral, lá no Ceará, eles conseguiram avançar porque alocaram o outro conjunto de coisas: a formação, a avaliação, currículo. Se não são as coisas somadas, não tem qualidade na aprendizagem. Então não compor esse grupo, não olhar especificamente pra isso, até porque se nós não formos fiscalizar a base curricular, o suporte pedagógico, nós precisamos apontar que nós não vamos e começar articular como que a gente resolve esse vazio que vai ficar. Porque se o controle não olhar pra isso, quem olhará? O Controle social, por si só, será que olhará? E está evidenciado o problema, só na composição dos eixos tem um problema evidenciado. Porque se a gente não controlar, quem vai controlar? Não é verdade?! Então a metodologia já nos ajudou de uma certa forma. Então eu queria muito, mesmo que seja pra o debate, pra o esforço, por estudo, pro raciocínio do papel do Tribunal, desse Tribunal do futuro que a gente tá falando tanto, né, que avalia a política pública, mas que avalia a política na sua integralidade. Então aqui o apelo pra terem composição pro Grupo 2. Não sei se você vai continuar. Depois de você tem uma pessoa lá com a mão levantada, depois tem a Ligia. Então, por favor!

A SR.^a JUMARA NOVAES SOLTO MAIOR (TCM-BA) – Eu me disponibilizo pra esse grupo, conselheiro. E vamos ver quem mais vai aí no chat ou Gisete pode nos ajudar a deliberar pela coordenação.

O SR. CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Você me desculpa, eu não estava lhe vendo, porque as nossas queridas aqui estavam me.... Mas fique à vontade.

A SRA.^a GISETE DE LIMA OLIVEIRA (TCE-AL) – Gostaria de participar desse eixo.

A SR.^a LIGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE-TO) – Tava pensando aqui sobre a questão que a gente não falou ainda, sobre a questão da gestão democrática, que é também muito importante. E dentro dessa ... gestão escolar estaria dentro desse item 03? A colega ali que vai coordenar já esse trabalho aqui, ela entraria na 01, na 03. Mas poderia ser pensado aonde que ela entraria, né. Não tô indo pra 03 não, viu? Mas tenho que seguir aqui, vou ficar na 01 mesmo.

A SR.^a JUMARA NOVAES SOLTO MAIOR (TCM-BA) – Eu fiquei muito tranquila quando o conselheiro sinalizou para a possibilidade de que uma missão desse grupo é justamente estabelecer e oferecer a todos nós referências pra estudo e reflexões sobre como o controle externo pode atuar nisso. Então dentro disso eu acho que essa é uma pergunta do processo.

A SR.^a LIGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE-TO) – Porque acho que a ideia é essa, né? Dentro de cada um dentro desses eixos que a gente está discutindo é colocar o que está dentro desses eixos de acordo também com as metas, né, do PNE, identificando. A gente vai olhando, a gente já começa olhando as metas, né? O PNE está aqui, está ali. Aí eu fico pensando os pontos, aonde que vai entrar. São pontos que a gente tem que pensar pra na hora de construir, na hora que os grupos forem discutir, lembrar dentro desses eixos, né, os assuntos todos são importantes, mas vão ter depois que elencar aqueles mais importantes pra gente construir as propostas de intervenção, de fiscalização. Assim, abrir campo sempre pra essa questão dessa discussão e dessa correlação ligada, claro, sempre com a metas do PNE.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Veja bem! A gestão escolar a meu ver, ela se encaixa na base um do ponto de vista do exercício da gestão. Haverá, obviamente, a verificação dos indicadores relacionados ao impacto que a gestão tem da aprendizagem, que está lá no Eixo 03, são coisas diferentes. Então assim, por que nessa perspectiva? Desculpa,

seu nome? Felipe. Felipe, é assessor de Felipe, né, agora é uma confraria de Felipes. É uma confraria agora. Então Felipe, nós estamos falando isso na questão da base estrutural na perspectiva do gestor, da atividade gestora, de que é responsável e tem responsabilidade com o administrativo, nesse sentido. O que não exclui essa verificação no Grupo 03, porque a sua ação tem aplicação no resultado de aprendizagem. Eu poderia dizer que ele tá na base curricular estratégia pedagógica, por quê? O diretor pode implementar estratégias pedagógicas no ambiente escolar. Então ele é um assunto que pode perpassar por vários eixos desse. Quando a gente não crava uma temática num eixo só, a chance dele ser multidisciplinar dentro dos eixos é muito grande. Então assim pra quem quiser tratar de gestão escolar, leve isso em consideração. Você pode tratar da temática em vários lugares. Porque não será o diretor de escola melhor ou pior porque ele deixou a quadra ficar com entulho, ele será por uma série de comportamentos, né, da sua própria gestão. Mas a sua gestão sendo precária, isso impactará diretamente, pelo o que a gente viu e pelo... Vocês vão nos dizer isso com mais certeza ao final. Então, Ligia, eu não sei se eu ajudei ou atrapalhei na reflexão. Mas eu acho que ele passa. Aprendizagem, indicadores, aí ele vai verificar esse impacto da gestão escolar. Esse é o exercício lá no Eixo 03 da gestão escolar. O quanto ela impacta. Mas o comportamento da gestão, os insumos de gestão estão na base estrutural. A gente vai discutir PDDE aonde? Vai discutir PDDE é na base estrutural. A reforma da escola é feita pelo diretor com pequenas compras ou faz isso na secretaria? Essas coisas que são mais do dia a dia, né? A gente faz no Eixo 01, nessa base estrutural. Ok? Nós precisamos de coordenação ainda. Nós temos participantes, Adriana está escrita lá, com a “mãozinha” levantada. Adriana, por favor, tem a palavra.

A SR.^a ADRIANA F. DO REGO (TCE-PB) – Obrigada! Eu tava pensando, não sei se eu perdi, em algum momento se foi falado isso, mas essa discussão dessa metodologia de seleção de objeto e essas ações elas estão previstas, já foi discutido pra que etapa de ensino seria? Porque o trabalho, o piloto da Rede Integrar da educação vai ser no ensino médio, né? Então assim, talvez fosse interessante não focar no ensino médio, já que vai tá sendo realizado um trabalho já esse ano nessa etapa de ensino, né? E mais sem o fundamental, o fundamental pega as duas esferas, estadual e as municipais. Ou mesmo a

educação infantil, né, essa intersectorialidade e essa questão, que Priscila levantou, dos órfãos da Covid, é bastante preocupante. Eu só queria saber se foi discutido sobre a etapa de ensino, que seria objeto.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Não, Adriana! E nós não vamos fechar essa questão. Ela vai ficar aberta porque algum grupo pode até indicar que seja feita uma fiscalização numa etapa específica, mas não necessariamente nós vamos fechar nisso. Por exemplo, nós temos trabalho, e nosso trabalho no Espírito Santo, o alvo dele é a concorrência no ensino fundamental. Por exemplo, tem muita gente trabalhando educação infantil. Porque tem muitas iniciativas de primeira infância. Enfim, então a gente não vai fechar isso; os grupos vão discutir livremente, sem fechar as etapas. Aí vocês podem fazer o debate internamente dos grupos. Ok? Coordenação, Grupo 02. Podemos fazer? Então sobra pra ela nome e telefone. Pois não, Felipe!

O SR. FELIPE CAMPOS (TCM-RO) – Agora que a gente tem aí uma coordenadora pra esse grupo. Nessa questão da base curricular...

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Ele esperou pra dar o golpe, tá vendo?

O SR. FELIPE CAMPOS (TCM-RO) – Eu acho uma questão muito interessante, assim, eu acho que em relação à adaptação, porque a gente teve um trabalho que veio muito forte, desde 2015, que foi a adaptação das bases, tanto estaduais quanto municipais, de acordo com a base nacional comum curricular, né. Então eu acho que esse trabalho foi um trabalho muito bem feito, inclusive por várias organizações do terceiro setor atuando junto aí ao setor público, a “Fundação Lemann”, a “Fundação Estudar”, atuaram muito nesse sentido. Mas agora eu acho que a gente tem uma oportunidade muito grande aí com a matriz de competências do diretor escolar, que foi aprovado no ano passado pelo Conselho Nacional de Educação. E se for aprovada pelo Congresso, os estados e municípios vão ter um período aí de dois a três anos pra poder fazer as suas próprias bases, né, adaptadas de acordo com a base nacional. Então eu vejo aí um potencial de atuação muito grande pros TCs nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – O Felipe está doido pra fazer parte desse grupo também. Ele falou que está

querendo dividir lá o TCM pra não ficar todo mundo no mesmo “grupinho”. Aí ele vai fazer parte com você. Né? Então. Eu estou achando.

A SR.^a JUMARA NOVAES SOLTO MAIOR (TCM-BA) – Eu penso que o caminho é exatamente esse. Nós aqui nos dividimos entre dos grupos, né. E talvez, Felipe, seja muito importante a sua participação conosco aqui. Então, seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Nós estamos com um problema de conexão agora, então nós perdemos os nossos colegas que estão no ambiente virtual. O híbrido é isso, a gente tem esse risco sempre, né? Essa conversa aqui nossa é só pra... A Adrissa está pedindo o microfone lá, amigo. Mas enquanto a gente espera um “pouquinho”, a decisão de chamar todos aqui hoje tinha alguns objetivos. Primeiro a gente conseguir nos conhecer, estar perto e conversar essas questões estrategicamente. Se algumas são difíceis de entender com a gente aqui, imagina no ambiente virtual? Como seria mais difícil se não tivéssemos aqui olhando nos olhos sentindo e percebendo a disposição de cada um. Então estrategicamente era é muito importante nesse primeiro encontro. Nós vamos estabelecer uma periodicidade para esse fórum se reunir. A gente estabeleceu o grupo de conselheiros na última quarta-feira do mês. A gente podia estabelecer a última quinta-feira do mês pra esse fórum. Aí a gente vê com vocês se é melhor de manhã ou à tarde. Nunca reuniões muito demoradas. Porque senão a gente perde muito foco. É só mesmo pra verificação e pra nossa articulação pra gente se manter próximo. E a Paula, a partir daí, faz essas convocações desse grupo maior. E vocês ficam livres, os coordenadores de grupos, pra se reunirem. Eu vou passar pra Adrissa. E a gente vai tentando se reconectar lá com os colegas. Se a gente não conseguir, nós vamos ficar na pendência do Grupo 04 e da distribuição de todos os grupos, não é? E as pessoas estão ouvindo quando a gente fala no microfone? Faz só um favor pra gente? Pede pro grupo pra gente tentar estabelecer. Vê se elas estão conseguindo ver os coordenadores. O que tava projetado, e pedir para as pessoas que estão no virtual mandarem mensagens pra esses coordenadores dizendo que querem participar desses grupos. Porque aí a gente distribui a lista de presença dos coordenadores, mesmo que seja o

primeiro nome; aí vocês ficam com o contato de todo mundo. Tudo bem? Vocês avisam aí pra gente? Ok! Tá bom!

SR.^a ADRISSA MAIA CAMPELO (TCE-RO) – Conselheiro, eu só gostaria de ver com vocês o seguinte. O Tribunal tá desenvolvendo, porque eu tô no controle, no nível estratégico, realizou primeiro uma avaliação diagnóstica nos municípios com foco na alfabetização. E este ano eles começaram a implementar um programa, um PAIC, Programa de Alfabetização na Idade Certa. E a ideia que se tem é justamente fornecer por meio desse programa, que é facultativo, uma capacitação, uma avaliação diagnóstica dos municípios que desejarem participar, pra num prazo, eu não sei dizer se é como no TC, que o colega Felipe comentou que era um prazo de 18 meses que vão começar a avaliar os resultados, mas os trabalhos vem sendo desenvolvidos no nível estratégico para ser possível avaliar o impacto desse trabalho. Então assim, eu, particularmente, não tô trabalhando diretamente com isso. Eu tô no controle. Mas eu imagino que o pessoal da Ceplan, algum colega de lá possa de repente contribuir com o Grupo 02 e o Grupo 03, mas como eu falei, como gente tem limitações dos trabalhos, só pra deixar registado que eu vou procurar levar essa demanda de vocês lá pro Tribunal, pra ver da possibilidade de ter algum desses colegas que são responsáveis por esse trabalho de participar ou do Grupo 02, ou do 03, ou quem sabe até dos dois. Porque eu imagino que o trabalho que eles estão desenvolvendo lá perpassa por esses dois eixos, né. E como o pessoal do TCM do Rio tá desenvolvendo esse trabalho, acredito que possa complementar e contribuir bastante com os eixos. Então só pra registrar isso, porque realmente é um trabalho bem diferente que o Tribunal vem desenvolvendo nesse intuito de demonstrar o impacto pro trabalho do Tribunal pra sociedade, né, com foco na alfabetização, nesse trabalho específico.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Muito bem! É exatamente isso que a gente precisa, gente, é trazer as pessoas pra que a gente tenha o alcance nacional e chegue ao final, na disposição. Pra fechar essa questão, o coordenador do Grupo 04, intersetorialidade. Eu já vi os votos, né, já apurei os votos todos aqui. Mas a candidata precisa se manifestar publicamente. Vocês não acham? Parece que no chat tem mais pessoas do Grupo 04 também, não tem? A Fernanda já é articuladora. Priscila!

A SR^a PRISCILA LIMA DE CASTRO (TCE-CE) – Provisoriamente. Mas eu preciso me articular no Tribunal, TCE.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Se precisar, a gente conversa com Edilberto lá pra te ajudar. Tá fechado? Compromisso feito.

A SR^a PRISCILA LIMA DE CASTRO (TCE-CE) – Tá certo!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Compromisso feito.

A SR^a PRISCILA LIMA DE CASTRO (TCE-CE) – Aham.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Então, Priscila, Grupo 04, TCE-CE.

A SR.^a KETZA CARDOSO (TCM-RJ) – Eu queria só deixar registrado que eu também tô aceitando provisoriamente, porque eu ainda preciso, no Tribunal, conversar, alinhar alguns aspectos, só pra depois poder confirmar mesmo. Tá?

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Qualquer dificuldade, eu sou advogado de defesa de todas vocês. Vou lá, choro, ajoelho, faço qualquer negócio, porque vai ser importante pra gente. Nós estamos tentando uma estratégia nova. Então toda novidade tem um preço, mas a minha perspectiva, a minha pretensão é de que em dando certo, a gente consiga aliviar, fazer essa articulação ser natural no ambiente dos nossos Tribunais. Porque se a gente tiver aproveitando o trabalho daqui pra definir o plano de fiscalização de lá, sem que uma coisa interfira na outra mas seja complementada na outra a gente ganha tempo. Essa vinda aqui, essa reunião toda aqui passa a ser um ganho de tempo. É claro que no começo a gente se dedica mais, dá mais tempo do que recebe de volta. Mas depois a colheita pode ser mais efetiva. Enquanto vocês vão passando, aí eu estou falando para pessoas que estão no ambiente virtual, e as pessoas aqui vendo os telefones das coordenações, enquanto vocês vão passando mensagens de Whatsapp para os coordenadores, que aí vocês podem fazer grupos, enfim. Inicialmente, pra ter um primeiro contato, eu repito, os coordenadores se precisarem pra composição, acessar os articuladores, e a gente já viu aqui que os articuladores

são bem solidários pra essa missão, fiquem à vontade pra gente ajudar na composição. E, ao final, se puderem compartilhar aí com a Eliane, com a coordenação do Comitê, com a Paula, na verdade, da comissão geral. Eu vou fazer uma consulta a vocês dizendo do calendário. Já tem alguém que levantou a mão lá? Marcela! Por favor, Marcela, antes que eu continue.

A SR.^a MARCELA LEÃO (TCE-GO) – Olá! Boa tarde a todos! Eu sou do TCE-GO. Só pra me manifestar. A gente tem alguma experiência quando o conselheiro falou do papel dos Tribunais, né? Então a gente tem dois trabalhos realizados. Um na educação inclusiva, na perspectiva da educação inclusiva; e outro na merenda escolar. Então eu acho que a gente pode contribuir aí com o grupo 04, apesar de ter um grupo direcionado pra Busca Ativa. Mas eu acho que a gente pode trazer alguns elementos que podem contribuir aí.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – A Busca Ativa foi um chamariz. Mas tem outras pautas tantas que podem estar no Eixo 04, e você será muito bem-vinda, viu, Marcela? Muito obrigado pela manifestação! Então concluindo a nossa pauta aqui, nós falamos de definir um calendário. O calendário, de uma certa forma, está estabelecido por nós. Nós vamos definir essa fiscalização pra ela entrar nos planos seguintes. Então pra este ano quando vocês forem desenvolvendo os trabalhos, se vocês identificarem muitas questões comuns, vai informando pra gente ver se tem alguma iniciativa que já pode ser adotada. E nós vamos tentar fazer um giro pra perceber o que tem de plataforma que pode ser disponibilizada. Que é questão dos painéis de Santa Catarina, que a gente já identificou; a questão do pacto de alfabetização. Que eu acho que é esse painel que vai ser lançado lá em Rondônia, se eu não estou enganado, que o conselheiro Curi falou ontem. Se tiver alguma outra ferramenta de vocês, que vocês achem interessante compartilhar, nós falamos da lógica de manhã, né, que foi deixar no ambiente do Tribunal. Então pra concluir o nosso calendário, hoje, definido é esse, fazer o nosso esforço pra que a fiscalização esteja nos planos de vocês o ano que vem. Aí a gente vai, com o decorrer dos grupos de trabalho, a gente definir os nossos períodos dentro deste ano para esse grupo de trabalho. Mas eu não queria cravar aqui agora porque eu posso ser muito injusto. É importante que vocês sintam primeiro esse ambiente. Já tem algumas inseguranças. Então a gente vai

combinar posteriormente. Em relação a essas ferramentas, que eu estou dizendo também, pra consultar vocês, eu tenho recebido alguns grupos do terceiro setor que vem falar de necessidade de levantamentos, de informações, de outras questões tantas. Uma das pessoas que nos apresentou falou das questões dos planos de carreira dos municípios brasileiros. É uma pesquisadora do Projeto Profissão Docente, do Instituto Península. E ela está mapeando os planos de carreira dos estados. Mais 5.500 planos de carreiras municipais é inviável. E eu estava conversando com eles naquela base que eu disse a vocês, oh, nós queremos uma ferramenta tecnológica. Vocês dão as ferramentas pra gente, nós podemos, ao disponibilizar as ferramentas, solicitar aos municípios que preencham o plano carreira, por quê? Eu tive conversando com André, que não sei se está aí, do TCU; e ele estava falando do Sinapses, o Sinapses pega os dados dos pagamentos dos professores e compara o salário do profissional com o piso. Ele tem a capacidade de fazer isso. Ele tem essa base e pode fazer isso. Se eu tiver enganado, André, você me corrige, por favor, viu? Eu vi que ligou a câmera.

O SR ANDRÉ GERALDO CARNEIRO DE OLIVEIRA (SecexEducação-TCU) – Conselheiro, a gente tem os dados. A gente só não desenvolveu a tipologia ainda, né?

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Ok! Mas ainda assim seria importante que nós pudéssemos comparar essa informação dos vencimentos com o plano de carreira de cada lugar. Porque pagar o piso simplesmente a um profissional não significa que a valorização está estabelecida como deveria ser. Porque se esse pagamento significar o achatamento da carreira, ele cumpriu um papel ao inverso. E essa informação dos planos de carreira é uma informação que ela não é alterada com muito dinamismo. Ele se altera anualmente, bianualmente. Pra questões como essas, vale a pena trazer a possibilidade de implementação delas em qualquer tempo para este fórum, pra gente discutir? Porque uma informação como essa significaria a disponibilização da tecnologia e a disponibilização de vocês de solicitar aos municípios a informação, cadastrar o plano de carreira e anexar à lei na plataforma. Se tiver alguma alteração, que ela seja informada. Eu estou aqui dando um exemplo. Porque se for isso, se iniciativas como essas forem

admitidas à avaliação por vocês aqui, e eu estou falando isso porque essa solicitação geralmente é feita pelas áreas técnicas dos Tribunais, a gente começa a conversar com esses institutos pra virem aqui pra ver qual é o alcance pra avaliar. Isso a gente faz ou a gente não faz. Então essa é a consulta que eu queria fazer pra vocês, por favor, pode Ligia já usar o microfone.

A SR.^a LIGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA (TCE-TO) – Importante o senhor tá colocando essa situação porque a gente já faz muito levantamento pros municípios. E vou falar um ponto que o senhor acabou de falar, dos planos de cargos e salários dos municípios. Nós já temos um dentro do IEGM, a gente tem uma questão que fala sobre os planos. E que alguns, a gente pode solicitar, é uma particularidade de cada Tribunal fazer isso, porque no geral, assim, do questionário ele só pergunta apenas se tem o plano. Então eu fico muito preocupada, é uma questão que os municípios reclamam muito e que sofreram muito nessa época que a gente sofreu da pandemia. Foi a única forma da gente trabalhar foi muito isso, né, mandando questionários, fazendo pesquisar remotas e tudo. Então a gente vir por mais que pede daqui, e pede dali, a gente tem que tomar muito cuidado com isso. Porque aí os municípios chegam e falam “Mas não tá aqui no IEGM?” Agora, a mesma coisa no Estado, que tem o IEGE, que alguns Tribunais fazem. Então isso é muito ruim pra nós e pra eles também. É muito trabalho pra eles, é muito trabalho pra nós. Então toda entidade que vem, a gente sabe que tem parceiros muito importantes pra nós, universidades, entidades, etc. Então a gente fica com cuidado por isso, porque quem sofre é a gente lá. E a gente também fala, “Gente, eu tô com tanta informação aqui, que eu não consigo trabalhar com tudo isso”. Então assim, que a gente tomasse sempre esse cuidado. Acho muito importante estar colocando isso aqui pra gente. Que é até bom que a gente tá podendo participar disso pra que não venha, depois.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Tem mais alguém aqui querendo falar? O Luiz, ele acabou não falando. Eu cortei a palavra do Luiz. Por favor, me perdoe! Fique à vontade!

O SR. LUIZ CLÁUDIO VIANA (TCE-SC) – Na verdade, é um breve comentário ainda sobre os eixos, talvez já pra deixar pra discussão dentro de cada grupo. Por exemplo, a questão da atuação dos conselhos da área educacional, Fundeb,

alimentação escolar e o próprio conselho de educação, se eles entrariam, por exemplo, no Eixo 01. Se de repente se poderia pensar alguma coisa com os demais conselhos de outras políticas públicas. Quem sabe eles entrariam no Eixo 04. E dentro do Eixo 02, se o PPP, se o Projeto Político Pedagógico entraria no Eixo 02. Como já foi comentado aqui, acho que a colega falou, e realmente o Eixo 02 é o que mais me mais preocupa assim, até aonde vai realmente a atuação do Tribunal de Contas, né? Então seriam esses pontos, só mais pra reflexão dentro dos grupos. Se dentro dos grupos esses pontos seriam analisados ali ou não.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO –

Essa questão dos conselhos eu atendo como outra multidisciplinar porque o controle social passa em todos os grupos. Então eles podem ser tratados. Eu entendo que todos os grupos as estratégias que vocês entenderem pertinentes. Eu entendo que muitas questões relacionadas à formação, fiquem à vontade pra tratar dos grupos. Entendo que os conselhos têm passagem em todos os eixos, né, tem demandas que são comuns. Então, ok, tá entendido. A gente vai focar aqui. A gente busca parceria a partir do que a gente encontrar aqui. As pessoas se distribuíram nos eixos aí? Depois a Paula distribui a ferramenta. Conversa aí, os coordenadores, pode ser depois virtualmente mesmo, pra não cansa-los. Eu já vou me despedindo de vocês, encerrando. Perguntando se alguém deseja fazer uso da palavra, alguma colocação, alguma coisa que nós deixamos de tratar, que era importante que fosse tratada. Tem alguma questão que vocês gostariam de colocar? Fiquem à vontade. Tem mãos levantadas lá? Naila!

A SRª NAILA MOURTHÉ (TCE-MG) – Bom, gente, primeiro eu queria agradecer a oportunidade de ter participado. Acho que é um momento novo. Um momento extremamente desafiador, né, pra gente aí trabalhar com esses eixos. E quero aproveitar fazendo um convite. Coloquei aí no chat um convite pra todo mundo. Nesse dia 11, agora de abril, às 10hs da manhã, nós teremos aqui no Tribunal um evento pra concretização de um sonho, que é estabelecer uma parceria aí mais dedicada à integração de esforços aí, junto com o Estado. E nesse momento nós teremos a doutora Alessandra Gotti. Teremos aí a presença, representando o Comitê Técnico de Educação do conselheiro Rodrigo. Receberemos também o conselheiro Fabrício Motta, e o desejo é exatamente de

tentar articular e fazer com que Minas Gerais avance, a partir de onde está, mas que avance, e avance rápido. Então nós convidamos todos vocês aí pra participarem desse evento, “Educação e Transformação”, este é o nosso desejo! Então reforço aí a alegria de poder encontrar com os colegas aí de novo. E reforço o convite pra que vocês estejam conosco nessa segunda-feira, dia 11 de abril, às 10hs da manhã, presencialmente ou virtualmente. De ambas as formas vocês serão muito queridos por aqui.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO –

Naila, muito obrigado! Vai ser um prazer estar junto com você nesse dia. Fica aí o convite pra todos os presentes. Os mineiros também recebem com carinho, assim, aproximados dos baianos. É muita acolhida que a gente recebe, é muito chamego, é muito mimo que a gente recebe nesses lugares, dos amigos. Além de matar a saudade, será importante debater os temas propostos por vocês. Eu quero aqui me despedir agradecendo. Não só a presença, mas a participação dedicada e comprometida de cada uma de vocês, de cada um de vocês. É importante pra gente evoluir essa contribuição que cada um dá. Nós vamos poder vivenciar as experiências. E o que a gente vai discutindo nos grupos vai ajudar no suporte pro Sined, eu entendo Luiz, que nós poderemos talvez aqui já captar algumas experiências que nos ajude na construção do Sined. Então todo o esforço que a gente fizer, será conectado uma coisa com a outra. Então muito obrigado a vocês, pelo carinho, pela disponibilidade, pelo comprometimento. Nós estamos lá no Tribunal de Contas do Espírito Santo, no que vocês precisarem de nós, fiquem à vontade aqui pra fazer as articulações que precisam com a disponibilidade necessária, com a disposição de fazer aquilo que precisa ser feito. Eu preciso agradecer carinhosamente, Maíra, a acolhido do TCM e do TCE da Bahia! Vocês foram espetaculares! O carinho está em cada gesto. Elas tiveram um trabalho grande, os materiais foram impressos todos por eles, a organização das mesas, a contratação da transmissão, que não é própria. Eles contrataram especificamente pra isso. Todo o acolhimento que foi feito, Aline, Israel. Muito obrigado a vocês! É percebido por todos nós. E todos nós ganhamos uma massagem no coração dos colegas da Bahia. Muito obrigado a vocês, do fundo do coração por todo esse carinho nos detalhes que tiveram conosco. Nós todos nos sentimos abraçados e acolhidos por vocês. No mais,

muito obrigado! Boa tarde! Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.
Boa viagem para aqueles que retornam! **(final)**